

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LAURA MAEDA NUNES

TRABALHADORES HAITIANOS NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES DA TEORIA  
GERAL AO PLANO CONCRETO

CURITIBA

2014

LAURA MAEDA NUNES

TRABALHADORES HAITIANOS NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES DA TEORIA  
GERAL AO PLANO CONCRETO

Trabalho apresentado como requisito parcial  
à obtenção do grau de Bacharel em Direito  
das Relações Sociais na Faculdade de  
Direito da Universidade Federal do Paraná,  
Setor de Ciências Jurídicas.

Orientador: Prof. Sandro Lunard Nicoladeli

CURITIBA

2014

## **AGRADECIMENTOS**

De início, devo agradecer aos meus pais, que desde o primeiro rabisco incentivaram meus estudos. Pai e mãe: se hoje concluo esta etapa, certamente é pela referência de dedicação que vocês são para mim. Tenham plena certeza de que o esforço que fizeram, para me dar oportunidades que vocês não tiveram, será devidamente retribuído. Já tive diversos momentos para lhes demonstrar gratidão, mas nunca é demais dizer que são essenciais a cada passo que dou. A alegria de tê-los como pais anula a tristeza da distância física, que nos separa há mais de 9 anos. O amor que demonstram constantemente é a razão da tranquilidade com que levo meus dias.

Agradeço ao meu irmão, com quem descobri Curitiba e dividi momentos de angústias e de contentamentos. Assim como nossos pais, você é referência de disciplina, mostrando que conseguimos alcançar nossos desejos com persistência e com calma. Obrigada pelos alertas e pelo apoio durante todo o nosso convívio, inclusive na elaboração deste trabalho.

Ao Professor Sandro LunardNicoladeli, que não hesitou em aceitar me orientar. Obrigada pelos debates proporcionados, não somente sobre o meu tema de pesquisa, mas também nas aulas de Direito Sindical, no Núcleo de Prática Trabalhista e no Projeto de Extensão Trabalho Decente, Direitos Humanos e Escravidão Contemporânea.

À Professora Tatyana Scheila Friedrich, pela disposição que sempre me ofereceu e pelos ensinamentos acerca de um Direito Internacional mais humano.

Aos Professores Wilson Ramos Filho e Aldacy Rachid Coutinho, categóricos na defesa dos trabalhadores. Suas aulas sobre o Direito Capitalista do Trabalho afloraram minhas convicções e anseios.

À Dra. Sandra Regina Soares e ao Professor Dr. Célio Horst Waldruff, por quem guardo imensa admiração. Os estágios que me proporcionaram foram determinantes para minhas escolhas profissionais.

Ao Ricardo Nunes de Mendonça, pelos ensinamentos transmitidos com paciência e com a vontade inerente a quem gosta do que faz. Obrigada, também,

pela compreensão e pela flexibilidade oportunizada nos horários de estágio para a conclusão deste trabalho.

Ao Núcleo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR “Trabalho Vivo” e a cada um de seus membros, pelas enriquecedoras discussões nos mais variados temas de pesquisa.

Ao SAJUP (Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular), que me oportunizou a experiência de convívio com comunidades da região metropolitana de Curitiba e, também, com a população em situação de rua. Os momentos vivenciados nesse Projeto de Extensão são de grande peso em minha formação humana, que seria indubitavelmente reduzida caso me limitasse ao estudo do Direito nas salas de aula.

Aos que orgulhosamente chamo de amigos, por dissiparem as dores e encherem os dias de graça. Agradecimentos especiais aos que vieram nesses 5 anos de graduação: Naiara, Pedro, Marcela, Cláudia, Alani, Andrei, Itachir, João Rodrigo, Giovani, João G. Walski, Juninho, Henrique, Rubens, Paulinha, Luiza e Gabriela.

Ao Felipe, pelas sugestões sempre lúcidas e pela revisão deste trabalho. Ao Felipe, mais uma vez, pelo companheirismo, pela paciência e pelo amor, que tornam a vida colorida e pulsante.

A vocês, meus sinceros agradecimentos.

***“Os migrantes devem ser respeitados em virtude de sua dignidade enquanto pessoas, muito além do regime vigente ou do lugar onde residem. Seus direitos não derivam do fato de pertencerem a um Estado ou Nação, mas de sua condição de pessoa cuja dignidade não pode sofrer variações ao mudar de um País para o outro”.***

***Hélio Bicudo***

## **RESUMO**

Objetiva-se, neste trabalho, tecer considerações acerca das migrações internacionais, em especial a migração de trabalhadores haitianos para o Brasil. Parte-se da análise do fenômeno da globalização, sobretudo a econômica, enfatizando seus efeitos no Direito do Trabalho. Aborda-se brevemente o histórico sociopolítico do Haiti, na tentativa de compreender as razões que culminaram na diáspora de sua população. Em seguida, busca-se justificar a escolha do Brasil como destino. Analisa-se, após, as respostas apresentadas pelo Direito ao tema migratório, primeiramente em âmbito internacional e, depois, nacional. Aborda-se a resposta oferecida especificamente aos haitianos: a concessão do visto humanitário, por meio da Resolução Normativa 97/2012 do Conselho Nacional de Imigração. Ao final, problematiza-se a efetividade dos mecanismos oferecidos pelo Direito, a partir da análise do trabalho de haitianos em âmbito concreto.

Palavras-chave: Direito Internacional do Trabalho; migrantes haitianos; visto humanitário.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS.....</b>	<b>8</b>
2.1. Globalização, capitalismo e migrações.....	8
2.2. Efeitos da globalização econômica no Direito do Trabalho.....	13
<b>3. IMIGRAÇÃO DE HAITIANOS NO BRASIL.....</b>	<b>19</b>
3.1. Aspectos históricos e políticos do Haiti.....	19
3.2. O Brasil como destino.....	24
<b>4. TUTELA JURÍDICA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES MIGRANTES... 31</b>	
4.1. Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	33
4.2. Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	36
4.2.1. Convenção n. 97 da OIT.....	39
4.2.2. Convenção n. 143 da OIT.....	41
4.3. Convenção Internacional da ONU sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias.....	43
<b>5. TUTELA JURÍDICA NACIONAL DOS TRABALHADORES MIGRANTES.....</b>	<b>46</b>
5.1. Constituição Federal de 1988.....	46
5.2. Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/80) .....	49
5.3. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).....	55
5.4. Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração.....	58
<b>6. TRABALHO DOS HAITIANOS NO BRASIL EM ÂMBITO CONCRETO.....</b>	<b>63</b>
<b>7. CONCLUSÃO.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>77</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Incontestemente que as migrações internacionais são cada vez mais frequentes na contemporaneidade. Mostram-se consequência do fenômeno da globalização, sobretudo a econômica. Isso se deve em grande parte à expansão do modelo capitalista de produção, principalmente após o final da Guerra Fria – momento em que os ideais do mercado e da democracia liberal se sobrepuseram aos ideais igualitaristas, consolidando práticas neoliberais em nível mundial.

Essa circunstância gerou efeitos no âmbito do Direito do Trabalho, criando uma nova divisão internacional do labor. Mais do que isso, acarretou negativas consequências para a classe trabalhadora, que não mais com a facilidade de outrora se reconhece como classe. O individualismo prejudicou a solidariedade também dentro das empresas, onde predomina a concorrência entre os trabalhadores pela melhor produção. Aqueles que não se adequam à lógica do mercado ficam à mercê de sua própria sorte e acabam por avolumar a população marginalizada.

Não raro, esse “excedente populacional”, que por vezes corresponde a países inteiros, na esperança de encontrar um local que lhe permita ao menos a subsistência digna, opta por migrar. Ao chegar em seus destinos, os migrantes deparam-se com dificuldades para adaptação tanto em relação à língua local como à cultura. Dificuldades essas que se convertem em motivos de exploração e humilhação.

Abordar o tema migratório na atualidade do Brasil impõe reconhecer a onda de haitianos que chega diariamente ao país, mormente desde o terremoto que assolou o Haiti, em janeiro de 2010. Sendo assim, sem a pretensão de esgotar o tema, objetiva-se analisar o trabalho dos haitianos no Brasil.

Para tanto, parte-se, no primeiro capítulo, do fenômeno da globalização, especialmente a econômica, relacionando-a com o modo de produção capitalista. Sendo as migrações internacionais fruto das transformações do capitalismo globalizado, o famoso terremoto ocorrido em 2010 aparece como um fator a mais, talvez a gota d'água a impulsionar a emigração haitiana.



No segundo capítulo, analisa-se brevemente o histórico do país caribenho para demonstrar, mais especificamente, os fatores que culminaram na diáspora dos haitianos em direção a diversos países, dentre os quais está o Brasil. Ato contínuo, busca-se reunir as razões que tornam o Brasil um país atrativo e aparentemente acolhedor.

No terceiro capítulo, pretende-se avaliar as respostas oferecidas pelo Direito à questão migratória em âmbito internacional, em especial no campo do Direito do Trabalho. No capítulo seguinte, faz-se o mesmo com os aparatos nacionais a respeito do tema.

Apresentadas essas disposições, ao final deste trabalho, problematiza-se sua efetividade no plano concreto, lançando mão de casos relatados por trabalhadores haitianos ao Núcleo de Prática Jurídica Trabalhista da Universidade Federal do Paraná, bem como de recente relatório do Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

Desde logo, esclarece-se que neste trabalho será utilizada a expressão “imigrante irregular” ou “em situação/condição de irregularidade”, eis que a expressão “imigrante ilegal” não pode ser considerada adequada, por carregar consigo a falsa ideia de criminoso. A entrada e a permanência em território nacional sem a observância dos requisitos legais não caracteriza tipo penal, constituindo tão somente uma irregularidade formal.

## 2. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Pretende-se neste capítulo abordar o fenômeno da globalização, sobretudo a econômica, para, após, demonstrar como seus efeitos atingem o Direito do Trabalho, fragilizando direitos sociais fundamentais dos trabalhadores. Ainda, almeja-se evidenciar que a apropriação neoliberal da solidariedade faz aumentar quantitativamente a população mundial de trabalhadores que vivem em condições indignas, acarretando o aumento das migrações internacionais.

### 2.1. Globalização, capitalismo e migrações

Pode-se destacar como causas do processo atual de mobilidade humana: a) transformações ocasionadas pela economia globalizada; b) a mudança demográfica em curso nos países de primeira industrialização; c) o aumento das desigualdades entre Norte e Sul do mundo; d) as barreiras protecionistas existentes, tal como o comércio desigual; e) a proliferação dos conflitos e guerras; f) o terrorismo; g) os movimentos marcados por questões étnico-religiosas; h) a urbanização acelerada; i) questões afetas ao narcotráfico, à violência e ao crime organizado; j) os movimentos vinculados às safras agrícolas, aos grandes projetos da construção civil e aos serviços em geral; k) catástrofes naturais e situações ambientais.<sup>1</sup>

Verifica-se que, pelas mais diversas razões, as migrações internacionais são cada vez mais frequentes. Estima-se que 200 milhões de pessoas são migrantes internacionais, de acordo com o relatório da ONU, de 2009, intitulado “Ultrapassar barreiras: Mobilidade Humana e Desenvolvimento Humano”.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> ANDRADE, William Cesar de; MILESI, Rosita. Migrações internacionais no Brasil: Realidade e desafios contemporâneos. p. 2-3. **Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)**. Disponível em: <<http://www.gritodelosexcluidos.org/media/uploads/migracionesintbr.pdf>>. Acesso em 11/07/2014.

<sup>2</sup> PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO – PNUD Brasil. **Relatórios de desenvolvimento humano globais**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios->

Para além de um fluxo natural de mobilidade humana, as migrações internacionais consistem em um espelho de assimetrias das relações socioeconômicas vigentes a nível mundial. São como termômetros, aptos a evidenciar as contradições das relações internacionais e da globalização neoliberal.<sup>3</sup>

Muito embora seja certo que todos possam, livremente, optar por sair de seus países de origem, o que se verifica em maior escala é uma migração forçada pelos efeitos da globalização. Nesse cenário, importa tratar mais especificamente acerca desse fenômeno.

Para Milton Santos, devido às políticas neoliberais dos Estados contemporâneos, há uma falsa ideia de “morte do Estado”. Em verdade, aduz o autor, emerge o seu fortalecimento, com vistas a atender interesses internacionais e financeiros, quedando as populações sem o cuidado que lhes é devido.<sup>4</sup>

Nesse cenário, Octavio Ianni assevera o declínio do Estado-nação, sendo esse o primeiro passo em caminho da globalização. O papel do Estado se reorganiza internamente, com o fito de encontrar suporte na conformidade com o capitalismo global.<sup>5</sup>

Relativiza-se a soberania estatal e a conformidade com as condições globais se torna cada vez mais intensa. A nação passa a ser uma província da sociedade global. O Estado-nação, dessa maneira, torna-se anacrônico e a soberania não passa de utopia, na medida em que são criadas novas exigências no ordenamento jurídico mundial.<sup>6</sup>

Segundo Aldacy Rachid Coutinho, falar em globalização significa identificar um processo de reestruturação capitalista, a que Luiz Gonzaga Belluzzo denomina “período de subversão e reorganização das relações entre a lógica econômica capitalista e os valores e as aspirações dos cidadãos que vão presidir o futuro.”<sup>7</sup>

---

Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li\_RDHGlobais>. Acesso em 11/07/2014.

<sup>3</sup> ANDRADE, William Cesar de; MILESI, Rosita. Migrações internacionais no Brasil: Realidade e desafios contemporâneos. p. 2. **Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)**. Disponível em: <<http://www.gritodelosexcluidos.org/media/uploads/migracionesintbr.pdf>>. Acesso em 11/07/2014.

<sup>4</sup> SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 19.

<sup>5</sup> IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 82.

<sup>6</sup> IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.79-81.

<sup>7</sup> COUTINHO, Aldacy Rachid. Globalização e direito do trabalho. **Direito e democracia: Revista do Centro de Ciências Jurídicas – ULBRA**. Vol. 1. Número 1. 1º semestre de 2000. p. 165.

A globalização, segundo Néstor García Canclini, constitui um paradoxo: na mesma medida em que é caracterizada pela expansão dos mercados e da potencialidade econômica das sociedades, reduz a capacidade de ação do Estado e dos demais atores políticos, fazendo aumentar o intercâmbio transnacional e reduzir, entretanto, a segurança inerente ao pertencimento a uma nação.<sup>8</sup>

A partir da ótica jurídica, Flávia Piovesan conceitua a globalização como o “deslocamento da capacidade de formulação, definição e execução de políticas públicas, do Estado-nação para arenas transnacionais ou supranacionais, em decorrência das transformações econômicas e dos seus efeitos sobre a extensão do poder soberano estatal”.<sup>9</sup>

Para Paulo Hirst e Grahame Thompson, a globalização é tida como um mito<sup>10</sup>, que seria invocado a paralisar as políticas públicas nacionais, implicando na aceitação de sua inviabilidade diante do processo de mundialização da economia e do domínio das forças do mercado.<sup>11</sup>

Em que pese a imprecisão semântica do termo<sup>12</sup>, é incontestável sua íntima ligação com as transformações do sistema econômico capitalista. Nas mais diversas formas de Estado (liberal, social, neoliberal e subsidiário), verifica-se que o sistema capitalista se mantém em sua essência. Apesar de cada concepção de Estado tentar superar a anterior, a figura do capitalista lá está, com a detenção dos meios de produção, seja como pessoa física ou jurídica. Mesmo nos momentos em que houve intervencionismo estatal, esse foi realizado e idealizado com o escopo de manter o capitalismo.<sup>13</sup>

---

<sup>8</sup> CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. Tradução de Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2007. p. 19.

<sup>9</sup> PIOVESAN, Flávia *apud* ARAUJO, Orlando de. **O trabalhador global e a previdência**: reflexões sobre um direito humano em crise. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p.110.

<sup>10</sup> HIRST, Paulo; THOMPSON, Grahame. *Globalization in question*. Cambridge: Polity Press, 1996. *Apud* CALDAS, Ricardo W. **O Brasil e o mito da globalização**. São Paulo: Celso Bastos Editor, 1999. p. 23-24.

<sup>11</sup> COUTINHO, Aldacy Rachid. Globalização e direito do trabalho. **Direito e democracia: Revista do Centro de Ciências Jurídicas – ULBRA**. Vol. 1. Número 1. 1º semestre de 2000. p. 165.

<sup>12</sup> Ulrich Beck sintetiza: “*Globalização é, com toda certeza, a palavra mais usada – e abusada – e a menos definida dos últimos e dos próximos anos; é também a mais nebulosa e mal compreendida, e a de maior eficácia política.*” BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** Equívocos do globalismo: respostas à globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 44.

<sup>13</sup> FRIEDRICH, Tatyana Scheila. Globalização e Regionalização: impactos no Estado e no Direito. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná**. Porto Alegre: Síntese, v.36, 2001, p. 376.

No âmbito dos efeitos da globalização, merecem menção as palavras de Octavio Ianni:

A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória. Uma realidade ainda pouco conhecida, desafiando práticas e ideais, situações consolidadas e interpretações sedimentadas, formas de pensamentos e voos da imaginação.<sup>14</sup>

Ianni leciona que a racionalidade do capitalismo, em detrimento da emancipação dos indivíduos e da coletividade, cria verdadeiras miragens, que podem ser entendidas como prognóstico da pós-modernidade ou, até mesmo, como visões extremas da modernidade, acarretando a desterritorialização de coisas, de ideias e de pessoas.<sup>15</sup>

Um efeito característico do fenômeno da globalização econômica, portanto, é o crescimento do fluxo de mão de obra entre os países, que passam a importar e exportar não somente mercadorias, mas também trabalhadores<sup>16</sup>, embora não na mesma proporção.

A globalização, dessa maneira, é o meio do qual se lança mão para mascarar e compensar o desamparo da humanidade frente ao poder e à concentração de renda, aumentando o exército de reserva de mão de obra. É como um discurso destinado aos marginalizados, para que aceitem o que lhes resta quando suas vidas e esperanças forem comprometidas pela competitividade internacional.<sup>17</sup>

O principal efeito desse fenômeno é nada senão o incremento da concentração de capital e da má distribuição de renda, fazendo com que, contraditoriamente, em uma economia mundial supostamente integrada,

<sup>14</sup> IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 11.

<sup>15</sup> IANNI, Octavio. **Teorías de la globalización**. 7. ed. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2006. p. 72-73.

<sup>16</sup> ARAUJO, Orlando de. **O trabalhador global e a previdência**: reflexões sobre um direito humano em crise. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 131.

<sup>17</sup> Hirst & Thompson *apud* COUTINHO, Aldacy Rachid. Globalização e direito do trabalho. **Direito e democracia: Revista do Centro de Ciências Jurídicas – ULBRA**. Vol. 1. Número 1. 1º semestre de 2000. p. 167.

mantenham-se a África, a América do Sul e o sul da Ásia na exclusão e na pobreza<sup>18</sup>, o mesmo ocorrendo com o Haiti.

Paira na sociedade contemporânea a ideia de um inescapável destino, qual seja a integração global em um único mercado e único pensamento, que permitirá o acesso de todos aos bens de consumo.<sup>19</sup> Nesse sentido, a globalização se apresenta como uma *sedução*, capaz de absorver a sociedade de produção e de consumo de massa no egoísmo da ânsia de ser proprietário.<sup>20</sup>

Nesse egoísmo, a dimensão valorativa da sociedade se restringe à questão econômica, sujeitando a dignidade humana à lógica puramente de mercado. Por esse raciocínio, somente no mercado é que se realizariam os ideais de liberdade, igualdade e justiça.<sup>21</sup>

Por meio da globalização econômica, a mobilidade humana é tratada tão somente como fluxo de mão de obra mercantilista a ser aceita ou rejeitada em função de interesses meramente econômicos e financeiros. Desse modo, o ser humano é reduzido à mercadoria. Tem-se que o não pertencimento à sociedade de consumo transforma homens e mulheres em “excedente populacional”, “sobrantes” ou, ainda, “descartáveis”, o que é, por certo, indesejável.<sup>22</sup>

As migrações, nesse contexto, evidenciam-se como um dos efeitos da marginalização advinda da globalização econômica. São reflexos do desequilíbrio existente nas relações socioeconômicas mundiais e da crise neoliberal contemporânea.<sup>23</sup>

Destarte, o medo do rebaixamento social impera e o trabalho se coloca como o eixo central que move as migrações, que são condição de manutenção do

<sup>18</sup> KORNIS, 1998, p.95 *apud* COUTINHO, Aldacy Rachid. Globalização e direito do trabalho. **Direito e democracia: Revista do Centro de Ciências Jurídicas – ULBRA**. Vol. 1. Número 1. 1º semestre de 2000, p. 167.

<sup>19</sup> KORNIS, 1998, p.95 *apud* COUTINHO, Aldacy Rachid. **Globalização e direito do trabalho. Direito e democracia: Revista do Centro de Ciências Jurídicas – ULBRA**. Vol. 1. Número 1. 1º semestre de 2000, p. 167.

<sup>20</sup> COUTINHO, Aldacy Rachid. Globalização e direito do trabalho. **Direito e democracia: Revista do Centro de Ciências Jurídicas – ULBRA**. Vol. 1. Número 1. 1º semestre de 2000, p. 167.

<sup>21</sup> COUTINHO, Aldacy Rachid. Globalização e direito do trabalho. **Direito e democracia: Revista do Centro de Ciências Jurídicas – ULBRA**. Vol. 1. Número 1. 1º semestre de 2000, p.166.

<sup>22</sup> ANDRADE, William Cesar de. MILESI, Rosita. Migrações internacionais no Brasil: Realidade e desafios contemporâneos. p. 3. **Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)**. Disponível em: <<http://www.gritodelosexcluidos.org/media/uploads/migracionesintbr.pdf>>. Acesso em 11/07/2014.

<sup>23</sup> ARAUJO, Orlando de. **O trabalhador global e a previdência**: reflexões sobre um direito humano em crise. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 132.

capitalismo.<sup>24</sup> A migração econômica, entendida como aquela que enquadra os que saem de sua terra natal com propósitos financeiros, em busca de emprego ou de condições melhores de trabalho, é a que tem crescido em maiores proporções.<sup>25</sup> Estima-se que haja cerca de 105 milhões de pessoas trabalhando em país distinto do de seu nascimento, o equivalente a praticamente metade dos migrantes internacionais mundiais.<sup>26</sup>

## 2.2. Efeitos da globalização econômica no direito do trabalho

A partir da lógica de mercado e da crescente facilidade de transpor as barreiras dos Estados-nação no plano comercial, a globalização oportuniza a expansão da possibilidade de se buscar menores custos de produção em âmbito global.<sup>27</sup>

Ensina Abili Lázaro Castro de Lima que o neoliberalismo relativiza as fronteiras estatais, de modo que a redução no papel do Estado e o aumento da internacionalização da economia causam a ampliação do poder das empresas transnacionais. Surge, a partir disso, uma nova divisão internacional do trabalho, tornando obsoletas as fronteiras e desamparando o indivíduo, que fica à mercê de sua própria sorte, ocasionando uma crescente exclusão social.<sup>28</sup>

Isso porque os diferentes modelos de Estado, como dito alhures, sempre mantiveram como pano de fundo o modo de produção capitalista. Há que se constatar, porém, a adequação constante dos instrumentos de atuação de cada modelo em relação aos fins por ele propostos: ora prevalecendo a racionalidade de

<sup>24</sup> CORSINI *apud* ARAJUJO, Orlando de. **O trabalhador global e a previdência**: reflexões sobre um direito humano em crise. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 136.

<sup>25</sup> ONU, Fundo de População das Nações Unidas. **Linking Population, Poverty and Development**. Disponível em: <<http://www.unfpa.org/pds/migration.html>>. Acesso em 18/08/2014.

<sup>26</sup> OIM. **What we do: Labour Migration**. Disponível em: <<http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/what-we-do/labour-migration.html>>. Acesso em: 18/08/2014.

<sup>27</sup> SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 33.

<sup>28</sup> LIMA, Abili Lázaro Castro de. **Globalização econômica, política e Direito**: Análise das mazelas causadas no plano político-jurídico. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002, p.269-270.

mercado, ora a racionalidade social. É certo que o Direito acompanha a mudança dos modelos de Estado, adaptando-se sob a forma de ordem jurídica de tendência liberal ou intervencionista.<sup>29</sup>

A relação entre a ordem jurídica e a ordem econômica é nítida. O Direito nunca será alheio à ordem econômica. É impossível pensar em uma economia sem ordem jurídica, o que evidencia, aliás, que defender a regência do mercado por suas próprias regras não passa de uma falácia.<sup>30</sup>

Mesmo Milton Friedman, um dos mais legítimos representantes do liberalismo econômico, assume que a existência de um mercado livre não elimina, por óbvio, a necessidade de um governo. Ao revés, coloca-o como essencial para determinar as regras do jogo, tendo o Estado o papel de árbitro para interpretar e aplicar as regras estabelecidas.<sup>31</sup> Por essa razão, Eros Grau afirma que jamais se realizou na prática o modelo teórico do liberalismo. Acrescenta, ainda, que o intervencionismo estatal na economia acabou por se transformar em um novo atributo do capitalismo.<sup>32</sup>

Sendo assim, uma ordem jurídica capitalista regulamentadora da apropriação da força de trabalho não é, em si mesma, uma garantia dos trabalhadores. Nunca é demais lembrar que o direito do trabalho possui uma função dupla e contraditória em sua essência: ao mesmo tempo em que se diz protecionista, reconhecendo conquistas dos trabalhadores e estabelecendo freios na ânsia pelo lucro, suas regras se inserem no modo de produção capitalista, reproduzindo-o na estrutura jurídica.<sup>33</sup>

Por essa razão, afirma-se que o princípio reitor do Direito do Trabalho – o princípio da proteção – é o seu mito fundante. Discorre Aldacy Coutinho que “a proteção do trabalhador é um mito. Aquilo que está no lugar do que não pode – ou

---

<sup>29</sup> FRIEDRICH, Tatyana Scheila. Globalização e Regionalização: impactos no Estado e no Direito. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná**. Porto Alegre: Síntese, v.36, 2001, p. 377.

<sup>30</sup> COUTINHO, Aldacy Rachid. Globalização e direito do trabalho. **Direito e democracia: Revista do Centro de Ciências Jurídicas – ULBRA**. Vol. 1. Número 1. 1º semestre de 2000, p. 168.

<sup>31</sup> FRIEDMAN *apud* Aldacy Rachid. Globalização e direito do trabalho. **Direito e democracia: Revista do Centro de Ciências Jurídicas – ULBRA**. Vol. 1. Número 1. 1º semestre de 2000, p. 168.

<sup>32</sup> GRAU, Eros Roberto. **Elementos de Direito Econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981, p. 15-18.

<sup>33</sup> COUTINHO, Aldacy Rachid. Globalização e direito do trabalho. **Direito e democracia: Revista do Centro de Ciências Jurídicas – ULBRA**. Vol. 1. Número 1. 1º semestre de 2000, p. 168.



não deve – ser dito. Está a enunciar que protege, quando nem sempre tutela. Afinal o direito do trabalho é o direito capitalista do trabalho.”<sup>34</sup>

Na lógica capitalista, sabe-se, o trabalho aparece como preocupação apenas para lhe reduzir os custos e, como fator de produção, para ser incentivado sorrateiramente.<sup>35</sup> A desterritorialização, dentro dessa lógica, aparece como mero produto do sistema atual. Na medida em que se buscam condições menos onerosas de produção, essa mesma será desterritorializada e externalizada. Ocorre uma fragmentação: parcela da produção será realizada na Tunísia, outra na Malásia, outra no Paraguai, sempre com o objetivo de otimizar os custos da produção.<sup>36</sup>

Essa redução dos custos de produção não se dá apenas em um quadro emergencial, reduzindo salários, mas cortando conquistas sociais, ainda que a produtividade esteja sempre crescente.<sup>37</sup>

Conforme aponta Renato Bignami, por vezes essa busca por menores custos de produção acaba transferindo os gastos com a força de trabalho para países e territórios amplamente reconhecidos por ofertar mão de obra a preços extremamente baixos. Essa externalização traz consequências extremamente negativas aos direitos dos trabalhadores.<sup>38</sup>

Sendo assim, os direitos sociais são flexibilizados em nome do livre jogo do mercado, comprometendo a dignidade e solidariedade humanas. Para o capitalismo, contudo, essa perda não significa um problema, tendo em vista que sua lógica não tem qualquer compromisso ético.<sup>39</sup> A única responsabilidade do capital é uma

<sup>34</sup> COUTINHO, Aldacy Rachid. O princípio da proteção revisitado. 1º volume. **Revista Bonijuris**. V. 13. Curitiba: Bonijuris, jul. 2001, p. 7.

<sup>35</sup> COUTINHO, Aldacy Rachid. Globalização e direito do trabalho. **Direito e democracia: Revista do Centro de Ciências Jurídicas – ULBRA**. Vol. 1. Número 1. 1º semestre de 2000, p. 169.

<sup>36</sup> SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 26.

<sup>37</sup> COUTINHO, Aldacy Rachid. Globalização e direito do trabalho. **Direito e democracia: Revista do Centro de Ciências Jurídicas – ULBRA**. Vol. 1. Número 1. 1º semestre de 2000, p. 169.

<sup>38</sup> BIGNAMI, Renato. Trabalho Escravo Contemporâneo: o Sweating System no Contexto Brasileiro como Expressão do Trabalho Forçado Urbano. In: NOCCHI, Andrea S. P. et alii (coord.) **Trabalho Escravo Contemporâneo: o Desafio de Superar a Negação**. 2.ed. São Paulo: LTr. 2011, p. 95.

<sup>39</sup> Com o fim da Guerra Fria e o desaparecimento da concorrência ideológica, surge o que Wilson Ramos Filho denomina *capitalismo descomplexado*: aquele que não mais precisa se legitimar e se relegitimar, tendo em vista a vitória ideológica do mercado e da democracia liberal sobre os ideais igualitaristas. Esse fenômeno abriu caminho para a consolidação, em escala mundial, de práticas neoliberais. Ver: RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho**. História, mitos e perspectivas. São Paulo: LTr, 2012. p. 281.

economia livre para realizar seus fins, dedicando-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros.<sup>40</sup>

Aldacy Coutinho pontua, em apertada síntese, três grandes efeitos que o processo de globalização econômica acarretou na seara trabalhista.<sup>41</sup> O primeiro deles é a crescente desestruturação da classe trabalhadora e sua substituição pela noção de mercado de trabalho. O foco passa a ser a adaptabilidade e produtividade do trabalhador, e não a sua qualidade de vida. Em outras palavras, o sujeito desaparece e dá lugar à mão de obra contratada. O individualismo faz crescer a competitividade, numa disputa entre os sujeitos segundo suas capacidades e habilidades, que assumem a culpa de não serem vencedores.

Um segundo efeito é a fragmentação das relações jurídicas trabalhistas, que dificulta a identificação dos trabalhadores como integrantes de uma classe. Emerge uma pluralidade de situações jurídicas, não raro transitórias, com direitos reduzidos. É o que se observa com as férias no contrato a tempo parcial, por exemplo, ou em um contrato a prazo determinado para fomento. Cita-se, ainda, os trabalhadores subcontratados, os temporários, os terceirizados, os eventuais, os autônomos e os avulsos. Pluralidade essa que, por certo, enfraquece a possibilidade de organização da classe dos trabalhadores.

O terceiro efeito que se pode enumerar é a cooptação do trabalho pelo capital, mascarando o conflito existente entre capital-trabalho e a luta de classes. A disputa interna entre trabalhadores, em busca de situação mais privilegiada, oculta o conflito inerente à relação empregado-empregador. Surge uma suposta relação de comunhão de interesses entre subordinado e subordinador, objetivando a preservação do posto de trabalho e, por conseguinte, da própria empresa.

A remuneração se torna variável, ou seja, não mais pautada no tempo, a depender da produção e eficiência do trabalhador. Essa remuneração flexível destroça os vínculos de solidariedade entre os trabalhadores, aumentando sobremaneira a competitividade interna, sob a roupagem das emergências da globalização.

---

<sup>40</sup> COUTINHO, Aldacy Rachid. Globalização e direito do trabalho. **Direito e democracia: Revista do Centro de Ciências Jurídicas – ULBRA**. Vol. 1. Número 1. 1º semestre de 2000, p. 168-169.

<sup>41</sup> COUTINHO, Aldacy Rachid. Globalização e direito do trabalho. **Direito e democracia: Revista do Centro de Ciências Jurídicas – ULBRA**. Vol. 1. Número 1. 1º semestre de 2000, p. 172-173.

Além disso, como efeito da globalização econômica, financeira e midiática, Wilson Ramos Filho pontua as alterações nos modos de gestão das empresas, que acabaram sendo *naturalizadas* e *desideologizadas*, consideradas como consequência natural da globalização econômica, fruto inevitável da modernidade.<sup>42</sup>

Os métodos de gestão *conformam* o chamado direito capitalista do trabalho: por um lado, dão a forma da regulação laboral, e, por outro, geram um conformismo na classe trabalhadora, inibindo a consciência de classe e comprometendo a luta e enfrentamento com as classes dominantes.<sup>43</sup>

No campo do Direito do Trabalho, portanto, a globalização econômica intensifica a importância da luta pelo reconhecimento e efetivação de políticas e direitos sociais dos trabalhadores. Nessas lutas se insere, indubitavelmente, aquela pelos direitos dos trabalhadores migrantes, sobretudo ao se considerar o trabalho como a razão fundamental das migrações.<sup>44</sup>

A velocidade com que a globalização econômica se difunde é diretamente proporcional ao incremento dos trabalhadores migrantes internacionais, o que gera a necessidade de desenvolvimento de mecanismos assecuratórios de proteção a essa vulnerável categoria. É nesse sentido o que se extrai do seguinte trecho, do Informe VI da Conferencia Internacional Del Trabajo da OIT, que sintetiza os reflexos da globalização econômica na contemporaneidade do mundo do trabalho:

La aceleración de la globalización económica ha generado más trabajadores migrantes que lo ocurrido en cualquier otro tiempo. El desempleo y la creciente pobreza han determinado que muchos trabajadores de los países en desarrollo busquen trabajo en el extranjero. Los países desarrollados han aumentado su demanda de trabajadores, especialmente de trabajadores no calificados. Como consecuencia de ello, son millones los trabajadores y sus familias que viajan a otros países para encontrar trabajo. Se estima que actualmente existen en el mundo 175 millones de migrantes, de los que aproximadamente la mitad son trabajadores, (y que alrededor de un 15 por ciento de éstos se encuentra en situación irregular). Las mujeres representan casi la mitad de los migrantes. Los trabajadores migrantes contribuyen a la economía de sus países de acogida y las remesas de dinero que envían a sus hogares ayudan a desarrollar las economías de sus países de origen. Sin embargo, al mismo tiempo, es frecuente que los trabajadores migrantes tengan una escasa

<sup>42</sup> RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho**. História, mitos e perspectivas. São Paulo: LTr, 2012, p. 270.

<sup>43</sup> RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho**. História, mitos e perspectivas. São Paulo: LTr, 2012, p. 271.

<sup>44</sup> MARINUCCI *apud* ARAUJO, Orlando de. **O trabalhador global e a previdência**: reflexões sobre um direito humano em crise. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 132.

protección social y sean vulnerables a la explotación y al tráfico de personas. Los trabajadores migrantes con una capacitación son menos vulnerables a la explotación, pero su partida ha provado a algunos países em desarrollo de unos trabajadores valiosos de los que están necesitadas sus economías. Las normas de la OIT sobre las migraciones confieren mecanismos, tanto a los países de origen de los trabajadores migrantes como a los países receptores, para la gestión de los flujos migratorios y para la garantía de una adecuada protección a esta categoría vulnerable de trabajadores.<sup>45</sup>

O processo da globalização tornou mais intensos os efeitos degradantes do desenvolvimento capitalista, de modo que muitos países em desenvolvimento se tornam receptores de deslocamentos associados à pobreza e ao desemprego.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman, ao descrever o modo como a globalização neoliberal tem sido perversa para os empobrecidos na sociedade global contemporânea, sobretudo aos que não são naturais dos países do Norte desenvolvido, assevera que “Talvez a única indústria florescente nas terras dos retardatários (conhecidas pelo apelido, tortuoso e frequentemente enganoso, de ‘países em desenvolvimento’) seja a produção em massa de refugiados.”<sup>46</sup>

Ao longo desse capítulo inicial, portanto, restou claro que as migrações internacionais estão intimamente relacionadas com as transformações do capitalismo, cada vez mais feroz em seu descompromisso com questões humanitárias.

Nesse sentido, as migrações dos trabalhadores haitianos para o Brasil são também fruto de toda essa estrutura, sendo o terremoto ocorrido em 2010 um – relevante – fator adicional<sup>47</sup>, como se pretende demonstrar no capítulo seguinte. Assim, o principal desafio que se coloca diz respeito à elaboração de políticas públicas, capazes de tornar a recepção dos imigrantes mais humana e solidária.

---

<sup>45</sup> OIT. En busca de un compromiso equitativo para los trabajadores migrantes en la economía globalizada. Informe VI, **Conferencia Internacional Del Trabajo**, 92ª reunión, Ginebra, 2004. P. Stalker, *Workers without frontiers: the impact of globalization on international migration* (OIT, Ginebra, 2000). Disponível em: <[www.ilo.org/public/english/bureau/inf/magazine/34/migrants.htm](http://www.ilo.org/public/english/bureau/inf/magazine/34/migrants.htm)>. Acesso em 07/08/2014.

<sup>46</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Zahar: Rio de Janeiro, 2007. p. 39.

<sup>47</sup> Somente a título exemplificativo, sabe-se que no Japão ocorrem fortes terremotos com considerável frequência, o que não implica, necessariamente, na emigração de seus habitantes. Deve-se considerar, contudo, que o Haiti não estava estruturalmente preparado para o terremoto ocorrido em 2010, conforme se esclarecerá no capítulo seguinte.

### 3. IMIGRAÇÃO DE HAITIANOS NO BRASIL

A imigração haitiana para o Brasil pode ser comparada historicamente com a de italianos e japoneses, que desembarcaram no país entre o período imperial e os primeiros anos da República.<sup>48</sup> É, dessa forma, a maior onda imigratória ao país em cem anos.

Neste capítulo, a partir de uma breve retomada da história do Haiti, pretende-se abordar as causas que culminaram na emigração dos haitianos, bem como as razões de eleger o Brasil como destino. Para tanto, far-se-á uso da teoria Histórico-Estruturalista sobre migrações<sup>49</sup>, que defende que os fatores determinantes da migração são interdependentes, não sendo aconselhável metodologicamente que sejam avaliados de forma isolada.<sup>50</sup>

Parte-se da premissa de que os processos migratórios são sempre condicionados historicamente. Sendo assim, o fluxo de migrantes haitianos para o Brasil deve ser compreendido a partir dos processos de mudanças conjunturais sofridos pelos dois atores, Haiti e Brasil.

#### 3.1. Aspectos históricos e políticos do Haiti

O Haiti, situado no coração do Caribe, é o país mais pobre das Américas, com 80% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza.<sup>51e 52</sup> Sua história é marcada pela violência, desigualdade social e instabilidade política.

<sup>48</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. **Vinda de haitianos é a maior onda imigratória ao país em cem anos.** São Paulo, 12 jan. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1033447-vinda-de-haitianos-e-maior-onda-imigratoria-ao-pais-em-cem-anos.shtml>>. Acesso em: 12/07/2014.

<sup>49</sup> Acerca das demais teorias sobre migrações, ver: GONÇALVES, Ortelinda. **Migrações e Desenvolvimento**. Porto: Fronteira do Caos, 2009.

<sup>50</sup> São defensores dessa corrente: Gino Germani, Charles Wood, Michael Piore e Paul Singer.

<sup>51</sup> CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The world factbook**. Haiti. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html>>. Acesso em 17/08/2014.

<sup>52</sup> Apesar de não haver consenso quanto ao critério que deva ser adotado como linha de pobreza, o índice mais conhecido é a linha estabelecida pelo Banco Mundial, que considera pobre aquele que

Ex-colônia espanhola e, depois, francesa, o Haiti enfrentou anos de sangrentas lutas para lograr sua independência, em 1804, transformando-se na primeira república negra do mundo.<sup>53</sup> Segundo Soares e Silva, a Revolução Haitiana foi “o maior movimento negro de rebeldia contra a exploração e a dominação colonial das Américas”.<sup>54</sup> Eduardo Galeano é categórico ao afirmar que a humilhação sofrida pelas tropas de Napoleão Bonaparte, derrotados pelos negros do Haiti, foi imperdoável, o que culminou no isolamento do país:

A bandeira dos homens livres levantou-se sobre as ruínas. A terra haitiana fora devastada pela monocultura do açúcar e arrasada pelas calamidades da guerra contra a França, e um terço da população havia caído no combate. Então começou o bloqueio. A nação recém nascida foi condenada à solidão. Ninguém lhe comprava, ninguém lhe vendia, ninguém a reconhecia.<sup>55</sup>

Após a independência, Jacques Dessalines se tornou o primeiro chefe de Estado haitiano, proclamando-se imperador em outubro de 1804. Seu governo recebeu as bênçãos dos capitalistas ingleses e americanos.<sup>56</sup> Entre os anos de 1915 e 1934, tropas dos Estados Unidos da América ocuparam o país, sob a alegação de assegurar os interesses estadunidenses durante a Primeira Guerra Mundial. Demonstrando seus modernos métodos, o novo imperialismo assassinou, após um acordo de paz, Charlemagne Peralte – principal líder da resistência à invasão dos EUA.<sup>57</sup>

No contexto da Guerra Fria, portanto, os estadunidenses seguiram influenciando a política haitiana, por meio do apoio à ditadura dos Duvalier (François

---

vive com menos de 1 dólar por dia. A esse respeito ver: THE ECONOMIST. **On the poverty line**. Maio de 2008. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/11409401>>. Acesso em 26/10/2014. Ou, ainda: VASCONCELOS, Lia. Sociedade – as dimensões da pobreza. **IPEA**, 2007. Ano 4. Edição 30. Janeiro de 2007. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1132:reportagens-materias&Itemid=39](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1132:reportagens-materias&Itemid=39)>. Acesso em 26/10/2014.

<sup>53</sup> CONLUTAS. **História do Haiti**. Disponível em: <<http://www.ahistoria.com.br/do-haiti/>>. Acesso em 16/08/2014.

<sup>54</sup> SOARES, Ana Loryn; SILVA, Elton Batista da. A revolução do Haiti – um estudo de caso (1791-1804). **Ameríndia**, ano 1, v. 1, 2006, p.4. Disponível em: <[http://www.amerindia.ufc.br/Anteriores/Vol01/vol01\\_08.pdf](http://www.amerindia.ufc.br/Anteriores/Vol01/vol01_08.pdf)>. Acesso em 27/10/2014.

<sup>55</sup> GALEANO, Eduardo. **Os pecados do Haiti**. Disponível em: <[http://resistir.info/galeano/haiti\\_18jan10.html](http://resistir.info/galeano/haiti_18jan10.html)>. Acesso em 28/10/2014.

<sup>56</sup> JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 335.

<sup>57</sup> CONLUTAS. **História do Haiti**. Disponível em: <<http://www.ahistoria.com.br/do-haiti/>>. Acesso em 16/08/2014.

Duvalier e Jean-Claude Duvalier, pai e filho, respectivamente). Após a morte de François, conhecido como *Papa Doc*, seu filho, *Baby Doc*, assumiu o poder e deu continuidade ao totalitarismo e ao terror policial dos *tontons macoutes* (bichos-papões) – a guarda policial do governo. Houve extermínio da oposição, bem como perseguição à Igreja Católica e exploração da crença da população local no vodú.<sup>58</sup>

Em que pese tamanha repressão, Jean-Claude Duvalier teve de deixar o Haiti devido aos protestos populares contra seu regime, em 1986, fugindo para a França. Após uma série de governos provisórios, somente em 1990 é que se realizaram as primeiras eleições presidenciais diretas, quando, então, foi eleito presidente o ex-padre salesiano, Jean-Bertrand Aristide, com 67% dos votos.<sup>59</sup>

Sete meses após, porém, Aristide foi obrigado a se refugiar no exterior, tendo em vista o golpe militar influenciado pelo governo estadunidense republicano (de George Bush pai)<sup>60</sup>, dirigido pelo general Raoul Cedras, que ocasionou a morte de cinco mil pessoas no Haiti. Frente à crescente resistência popular, Aristide volta ao poder em 1994, com o apoio de uma coalizão militar liderada pelos EUA (governo do democrata Bill Clinton), que invadiu o país e depôs a ditadura.<sup>61</sup>

Esse apoio do governo estadunidense não foi gratuito: impôs-se como condição a aplicação do projeto neoliberal no país. Na eleição presidencial, pois, o candidato de Aristide, René Préval, foi eleito com 87% dos votos. Em 2000, em uma nova eleição, Aristide foi novamente eleito presidente do Haiti, com 92% dos votos. Tanto Préval como Aristide cumpriram seu acordo com Bill Clinton, impondo a privatização das estatais e a eliminação das tarifas de importação.<sup>62</sup>

Houve, todavia, suspeitas de fraudes eleitorais, que deram azo a uma tensão maior entre governo e oposição. Nas eleições de 2000, compareceram às urnas tão somente 10% dos eleitores haitianos. O número reduzido se justifica pelo

---

<sup>58</sup> MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**. vol. 4, nº 20. Out./Nov. 2013. p. 98.

<sup>59</sup> CONLUTAS. **História do Haiti**. Disponível em: <<http://www.ahistoria.com.br/do-haiti/>>. Acesso em 16/08/2014.

<sup>60</sup> MAESTRI, Mario. Entrevista concedida ao **Brasil de Fato**. Disponível em: <<http://www.controversia.com.br/blog/a-pobreza-extrema-do-haiti-uma-construo-historica-bi-centenria/>>. Acesso em 28/10/2014.

<sup>61</sup> CONLUTAS. **História do Haiti**. Disponível em: <<http://www.ahistoria.com.br/do-haiti/>>. Acesso em 16/08/2014.

<sup>62</sup> CONLUTAS. **História do Haiti**. Disponível em: <<http://www.ahistoria.com.br/do-haiti/>>. Acesso em 16/08/2014.

boicote dos principais partidos de oposição, em protesto contra supostas fraudes que teriam ocorrido nas disputas eleitorais legislativas, em maio do mesmo ano. Em decorrência disso, a capital do Haiti foi palco de grande violência. Três bombas explodiram, acarretando a morte de duas pessoas e ferindo outras dezessete. Aristide foi acusado de ter feito uso do governo de seu aliado René Préval para agir ilegal e antidemocraticamente.<sup>63</sup> A centralização política em suas mãos acarretou uma crise com a burguesia local, que rompeu com o governo.<sup>64</sup>

Deve-se mencionar que as forças oposicionistas eram compostas em grande parte pelos *tontons macoutes* e pelos militares da reserva, que se insurgiram primeiramente na cidade de Gonaïves. Em curto tempo, a revolta se espalhou por todo o país, ocupando importantes regiões, com o fito de tomar Porto Príncipe.<sup>65</sup>

Nesse cenário, vários haitianos optaram por deixar o país. Os EUA e a França foram os principais destinos dos fugidos da guerra civil. Ambos os países aduziram que somente a renúncia de Aristide seria capaz de conter a violência sangrenta e a crise na ilha. Com a popularidade do governo em queda, os EUA decidiram por financiar paramilitares, liderados por Tatoune e Guy Philippe. Desta maneira, em 2004, o presidente haitiano foi retirado à força por militares estadunidenses<sup>66</sup>, que ocuparam o país para “enfrentar as gangues armadas”.<sup>67</sup>

Assim sendo, Bonifácio Alexandre, então presidente do Supremo Tribunal haitiano, assumiu o comando do país, solicitando auxílio à ONU para contenção da crise. Foi quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) estabeleceu a Força Multinacional Interina (MIF), aprovando-se, em 2004, a

---

<sup>63</sup> MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**. vol. 4, nº 20. Out./Nov. 2013. p. 98.

<sup>64</sup> CONLUTAS. **História do Haiti**. Disponível em: <<http://www.ahistoria.com.br/do-haiti/>>. Acesso em 16/08/2014.

<sup>65</sup> MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**. vol. 4, nº 20. Out./Nov. 2013. p. 99.

<sup>66</sup> Segundo Aristide, ele teria sido obrigado a renunciar. Entretanto, a diplomacia dos EUA negou tal fato. Ver: **EUA dizem que é ‘absurda’ a acusação de golpe no Haiti**. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguesenoticias/story/2004/03/040302aristidebg.shtml>>. Acesso em: 15/07/2014.

<sup>67</sup> CONLUTAS. **História do Haiti**. Disponível em: <<http://www.ahistoria.com.br/do-haiti/>>. Acesso em 16/08/2014.



Resolução 1.542, que criou a Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (Minustah), comandada pelo Brasil.<sup>68</sup>

Somente dois anos depois foram realizadas novas eleições, sendo novamente eleito René Préval, que cumpre o papel de um governo fantoche, a serviço da ocupação de tropas estrangeiras.<sup>69</sup> Não bastasse isso, em 2009, o Haiti foi vítima de três furacões. No ano seguinte, sem tempo para grandes recuperações, o país sofreu as consequências de um terremoto de magnitude sísmica de 7.0 na escala Richter.<sup>70</sup>

Depois desse terremoto, o país viu-se em situação econômica e sociopolítica bastante frágil. Ressalte-se que isso se deve não apenas ao desastre natural, mas também à pobreza extrema, que natural não é. Em entrevista ao Brasil de Fato, o historiador e professor Mário Maestri, da Universidade de Passo Fundo (UPF) no Rio Grande do Sul, esclarece:

a pobreza extrema do Haiti é uma construção histórica bi-centenária, produto da incessante intervenção colonialista e imperialista, em boa parte devido precisamente a ter sido o Haiti a primeira e única nação negra onde os trabalhadores escravizados insurreccionados obtiveram a liberdade, em 1804.<sup>71</sup>

Pode-se afirmar, assim, que os efeitos sofridos pelo terremoto foram ainda piores em decorrência da extrema pobreza no país – onde inclusive foram construídas casas somente com areia<sup>72</sup>, sem qualquer chance de resistir ao terremoto. Além das profundas danificações materiais sofridas, estima-se que 220

<sup>68</sup> MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**. vol. 4, nº 20. Out./Nov. 2013. p. 99.

<sup>69</sup> CONLUTAS. **História do Haiti**. Disponível em: <<http://www.ahistoria.com.br/do-haiti/>>. Acesso em 16/08/2014.

<sup>70</sup> UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Terremoto no Haiti (12/01/2010)** – informe sísmico. 13 jan. 2010. Disponível em: <[http://www.obsis.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=174:terremoto-no-haiti-12012010&catid=40&Itemid=88&lang=pt-br](http://www.obsis.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=174:terremoto-no-haiti-12012010&catid=40&Itemid=88&lang=pt-br)>. Acesso em 15/08/2014.

<sup>71</sup> OJEDA, Igor. A pobreza extrema do Haiti é uma construção histórica bi-centenária. **América Latina en Movimiento (ALAI)**. Disponível em: <<http://alainet.org/active/35662&lang=es>>. Acesso em 30/10/2014.

<sup>72</sup> SINDICATO DOS PROFESSORES DE CAMPINAS E REGIÃO (Sinpro). **Terremoto é desastre natural, mas a pobreza extrema, não**. 22 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.sinprocampinas.org.br/index.php/saude-do-professor/item/16784-terremoto-e-desastre-natural-mas-a-pobreza-extrema-nao>>. Acesso em 30/10/2014.

mil haitianos perderam suas vidas e 1,5 milhão ficaram desabrigados.<sup>73</sup> Além disso, nos dias atuais, a AIDS e a cólera assolam o país. Dessa forma, o sistema político atualmente se mostra desorganizado, com a economia comprometida e com a população desnutrida.<sup>74</sup>

Diante desse contexto desesperançoso, os haitianos têm optado por deixar o país, migrando para os EUA, Canadá, França, Antilhas Francesas, República Dominicana e Brasil.<sup>75</sup>

### 3.2. O Brasil como destino

A imigração haitiana ao Brasil teve início de forma tímida, intensificando-se no final de 2011 e início de 2012. De acordo com dados do Ministério da Justiça, aproximadamente 4 mil haitianos entraram no país de maneira ilegal nesse período, sobretudo pelas fronteiras do Acre e do Amazonas.<sup>76</sup>

Verifica-se que a entrada e os pedidos de permanência de haitianos em território brasileiro é um fenômeno dinâmico: em 2010, foram concedidas autorizações de permanência apenas para 4 haitianos; em 2011, o número subiu para 709; em 2012 para 4.856; em 2013, caiu para 2.072 e, até junho de 2014, foram 1.541 concessões.<sup>77</sup>

<sup>73</sup> GIRALDI, Renata. Saldo do terremoto no Haiti é de 220 mil mortos e 1,5 milhão de desabrigados. **Agência Brasil**. Brasília, 12 jan. 2011. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-01-12/saldo-do-terremoto-no-haiti-e-de-220-mil-mortos-e-15-milhao-de-desabrigados>>. Acesso em 15/07/2014.

<sup>74</sup> MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**. vol. 4, nº 20. Out./Nov. 2013. p. 100.

<sup>75</sup> Para maiores detalhes, ver: SERVICIO JESUITA A REFUGIADOS PARA LATINOAMÉRICA Y EL CARIBE (SJR LAC). **Los flujos haitianos hacia América Latina**: Situación actual y propuestas. 26. mai. 2011. Disponível em: <[http://www.entreculturas.org/files/documentos/estudios\\_e\\_informes/Flujos%20haitianos%20haciaAL.pdf](http://www.entreculturas.org/files/documentos/estudios_e_informes/Flujos%20haitianos%20haciaAL.pdf)>. Acesso em: 16/08/2014.

<sup>76</sup> MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**. vol. 4, nº 20. Out./Nov. 2013. p. 100.

<sup>77</sup> MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração**. Atualizado até 30/06/2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/cni/estatisticas-do-conselho-nacional-de-imigracao.htm>>. Acesso em 03/10/2014.

O Brasil se tornou um país atrativo aos haitianos, tendo em vista a liderança na Minustah e as atuações do governo brasileiro no Haiti. Há de se considerar a presença de diversas ONGs brasileiras atuando no Haiti, tais como: a Viva Rio, a Action Aid, a K9 Creixell, a Pastoral da Criança, a Diaconia e o Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA).<sup>78</sup>

Além disso, o governo brasileiro mantém projetos que almejam impulsionar o desenvolvimento do Haiti. Cita-se, a exemplo, o auxílio na construção da usina hidrelétrica no Rio Artibonite, no sul do país. Ainda, deve-se mencionar que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) realiza o programa “Embrapa Hortaliças”, fomentando a produção de hortaliças na região de Kenscoff, com financiamento da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Além deste programa, a Embrapa sustenta uma unidade de validação de tecnologia, com demonstrativos de milho, arroz, feijão e mandioca, fazendo o mapeamento do Haiti por satélite, com o fito de potencializar o gerenciamento dos recursos hídricos.<sup>79</sup>

Pode-se enumerar, ainda, a assinatura de acordo do Brasil com o governo espanhol para recuperar a cobertura vegetal da Bacia do Mapou, no sudeste do Haiti, em 2006.<sup>80</sup> Outrossim, merece destaque a parceria do Ministério do Esporte brasileiro com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), promovendo os programas “Segundo Tempo” e “Pintando a Cidadania”, que, para além de efetivar a prática de esportes durante as atividades escolares, instalaram uma fábrica de bolas, onde 200 detentos cumpridores de penas alternativas desempenham trabalho remunerado.<sup>81</sup>

O combate à violência contra a mulher também vem sendo apoiada pelo Brasil no Haiti, por meio da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres

---

<sup>78</sup> MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**. vol. 4, nº 20. Out./Nov. 2013. p. 101.

<sup>79</sup> MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**. vol. 4, nº 20. Out./Nov. 2013. p. 101.

<sup>80</sup> BRASIL. Termo de cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da Espanha para a implementação do projeto “Manejo e recuperação da cobertura vegetal da Bacia do Mapou, Haiti. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 fev. 2007. Seção 1, p. 68.

<sup>81</sup> MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**. vol. 4, nº 20. Out./Nov. 2013. p. 102.

e do Ministério da Saúde do Brasil, com ajuda do Fundo das Nações Unidas para a População.<sup>82</sup> Outras quatro frentes de atuação do Brasil no Haiti são merecedoras de menção.

A primeira diz respeito à gestão do lixo em Porto Príncipe, com o escopo de melhorar o serviço de coleta e de capacitar profissionais. A segunda visa ao incremento do sistema de fornecimento de merenda escolar e de restaurantes universitários em todo o território do país. Além dessas duas frentes, que têm o apoio do Banco Mundial, o governo brasileiro auxilia na qualificação de mão de obra para a construção civil na capital haitiana, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). A última menção a ser feita diz respeito ao campo da saúde: além da construção de cisternas para fornecimento de água potável, em 2004, em parceria com o Canadá, o governo brasileiro estabeleceu o Programa Nacional de Imunização do Haiti, realizando campanhas de vacinação em todo o país.<sup>83</sup>

Devido a essas razões, o Brasil se mostra um país acolhedor aos olhos haitianos, em que pese se fale em subimperialismo do Brasil no Haiti. Alguns defendem que o Brasil deve renunciar ao comando militar da Minustah e retirar progressivamente as tropas brasileiras do território haitiano, limitando-se às ações de caráter humanitário, pois o Haiti precisa também de soberania.<sup>84</sup> Apesar das críticas que possam ser feitas à liderança do Brasil na Minustah, fato incontestável é que os haitianos continuam vindo ao Brasil.

Além da atuação do governo brasileiro na ilha caribenha, como acima delineado, afirma-se que desde o jogo da seleção brasileira de futebol em Porto Príncipe, em 2004, os haitianos despertaram interesse maior pelo Brasil. Somado a isso, a notícia que se ouvia no Haiti era a de que a construção da usina de Belo

---

<sup>82</sup> MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**. vol. 4, nº 20. Out./Nov. 2013. p. 102.

<sup>83</sup> MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**. vol. 4, nº 20. Out./Nov. 2013. p. 103.

<sup>84</sup> A esse respeito ver: PEREIRA, Duarte. **Acerca do sub-imperialismo brasileiro** – Haiti: o que é imperialismo e o que é sub-imperialismo. 20 jan. 2010. Disponível em: <[http://resistir.info/a\\_central/haiti\\_20jan10.html](http://resistir.info/a_central/haiti_20jan10.html)>. Acesso em 03/10/2014. QUINTELA, Sandra. Lula no Haiti: subimperialismo brasileiro em ação. **Correio da Cidadania**. 30 mai. 2008. Disponível em: <[http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1875&Itemid=79](http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1875&Itemid=79)>. Acesso em 03/10/2014.

Monte contrataria 25 mil trabalhadores de uma só vez<sup>85</sup>, sendo essa mais uma motivação para a escolha do Brasil como destino. Além disso, não se pode esquecer da Copa do Mundo no Brasil em 2014. Segundo o padre Paolo Parisi, em entrevista à BBC Brasil em São Paulo, muitos haitianos ao chegar na capital paulista declararam que as obras da Copa do Mundo deram a eles a impressão de que o país está em expansão.<sup>86</sup> Na cidade-sede de Curitiba, por exemplo, somente nas obras da Arena da Baixada tinham 65 trabalhadores haitianos.<sup>87</sup>

Geralmente, o trajeto percorrido pelos haitianos para chegar ao Brasil é o seguinte: de Porto Príncipe até a República Dominicana, por via terrestre. Após, por via aérea, para o Panamá e para o Equador, seguindo de ônibus até o Peru ou a Bolívia. Desses países, vão de barco ou caminhando pela floresta, até as cidades de Tabatinga, no Amazonas, ou Brasília e Epiaciolândia, no Acre.<sup>88</sup>

A maioria dos haitianos que chegaram ao Brasil após o terremoto procurou requisitar refúgio, com base no Direito Internacional dos Refugiados e na legislação do Brasil. Contudo, o Conselho Nacional de Refugiados (Conare) entendeu que os motivos apresentados não se enquadravam nas hipóteses de perseguição elencadas pelo Direito Internacional e pela lei brasileira vigente.<sup>89</sup>

De acordo com o Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo de 1967 da Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), promulgada no Brasil em 1961, considera-se como refugiada a pessoa que:

(...) receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas

<sup>85</sup> OTAVIO, Chico. Traficantes de pessoas fomentam imigração ilegal no norte do Brasil: além de haitianos, grupos muçulmanos e afegãos já entraram no país pelo esquema dos 'coiotes'. **O Globo**. 02 jan. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/traficantes-de-pessoas-fomentam-imigracao-ilegal-no-norte-do-brasil-3555220>>. Acesso em 21/07/2014.

<sup>86</sup> KAWAGUTI, Luis. Atitude 'amigável' do governo atrai haitianos para o Brasil. **BBC Brasil**. 28 abr. 2014. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140428\\_brasil\\_atrai\\_haitianos\\_lk\\_an](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140428_brasil_atrai_haitianos_lk_an)>. Acesso em 04/10/2014.

<sup>87</sup> EL PAÍS. **Do Haiti a Curitiba: 8.000 quilômetros em busca de trabalho**. 01 fev. 2014. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/01/politica/1391293275\\_172329.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/01/politica/1391293275_172329.html)>. Acesso em 05/10/2014.

<sup>88</sup> LOUIDOR *apud* MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**. vol. 4, nº 20. Out./Nov. 2013. p. 103.

<sup>89</sup> MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**. vol. 4, nº 20. Out./Nov. 2013. p. 103.

se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país.<sup>90</sup>

Esse conceito de refugiado convergia com as necessidades dos deslocamentos observados na Europa, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, não abarcando a diáspora haitiana verificada após o terremoto.<sup>91</sup>

Devido às alterações dos contextos políticos globais e regionais ao longo do tempo, em 1984, a Declaração de Cartagena abriu caminho, sugerindo a inclusão no conceito de refugiados daqueles que:

(...) tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.<sup>92</sup>

Após o processo de redemocratização no Brasil, foi aprovada a Lei n. 9.474/1997, que inclui, para além dos fatores de perseguição já abarcados na Convenção de 1951, “grave e generalizada violação de direitos humanos” como uma das razões legítimas para a concessão do refúgio.<sup>93</sup>

As razões apresentadas pelos haitianos ao Conare foram o deslocamento por desastre natural e por motivos econômicos e sociais. Entendeu-se pelo não enquadramento das razões nos conceitos de refugiados acima aduzidos, remetendo-se o caso ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg).<sup>94</sup>

<sup>90</sup> BRASIL. Decreto n. 50.215, de 28 de janeiro de 1961. Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 30 jan. 1961, Seção 1, p. 838.

<sup>91</sup> THOMAZ, Diana Zacca. Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. **Universidade de São Paulo**. Primeiros Estudos, São Paulo, n. 4, 2013. p. 135. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/primeirosestudios/article/view/56732>>. Acesso em 07/07/2014.

<sup>92</sup> DECLARAÇÃO DE CARTAGENA. Conclusões e Recomendações. Adotada pelo **Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários**, realizado em Cartagena, Colômbia, entre 19 e 22 de novembro de 1984. Terceira conclusão.

<sup>93</sup> BRASIL. Lei n. 9474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 jul. 1997. Seção 1, p. 15822-15824. Artigo 1º, inciso III.

<sup>94</sup> THOMAZ, Diana Zacca. **Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto**: indefinição normativa e implicações políticas. **Universidade de São Paulo**. Primeiros Estudos, São Paulo, n. 4, 2013. p. 138. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/primeirosestudios/article/view/56732>>. Acesso em 07/07/2014.

Em uma decisão histórica, o CNlg concedeu visto humanitário de residência aos haitianos, permitindo-lhes trabalho e estudo no Brasil, por meio da Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012, a ser analisada em maior profundidade mais adiante.

Em linhas gerais, essa Resolução estabeleceu como medidas: regularizar os imigrantes do Haiti que já se encontram em território brasileiro e conceder, por meio da Embaixada em Porto Príncipe, 1.200 vistos anuais, com o limite de 100 vistos por mês, para haitianos dispostos a trabalhar no Brasil. Esse limite de concessões de vistos por ano foi posteriormente revogado, por meio da Resolução n. 102, do CNlg.

Indubitavelmente, a Resolução Normativa n. 97/2012 foi outro fator a colaborar na visão simpática que já se nutria pelo Brasil, reafirmando-se como destino de vários haitianos. A esse respeito, insiste-se nos dados do CNlg: após o terremoto, no ano de 2011, foram concedidos 720 vistos de permanência aos haitianos no Brasil. Com a notícia da Resolução Normativa n. 97/2012, o número mais do que sextuplicou, saltando para 4.860 no ano de 2012.<sup>95</sup>

Apesar da aludida Resolução, a imigração irregular haitiana para o Brasil não cessou. A cidade de Iñapari, por exemplo, localizada na fronteira tripartite com o Peru e a Bolívia, concentrou um grupo de mais de 270 haitianos logo após sua entrada em vigor.<sup>96</sup> Por outro lado, mesmo aqueles que conseguem entrar no país regularmente enfrentam dificuldades. Em abril de 2013, o governador do Acre, Tião Viana, decretou estado de emergência social. A superlotação e a situação bastante precária das instalações oferecidas aos haitianos, em Brasileia, sobrecarregaram o já deficiente sistema de saúde da cidade acreana.<sup>97</sup>

Verifica-se, dessa maneira, que a resposta do Brasil ao terremoto ocorrido no Haiti foi marcada pela solidariedade, representada pela edição da Resolução Normativa n. 97/2012. Contudo, conforme se verá no decorrer deste trabalho, a

<sup>95</sup> CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. **Pesquisa do projeto “Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral”**. Belo Horizonte, fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/cni/>>. Acesso em 03/10/2014.

<sup>96</sup> Esse caso foi acompanhado pela BBC Brasil. Ver: FELLET, João. Procuradora cobra no Senado solução para haitianos presos na fronteira. **BBC Brasil**. 30 de março de 2012. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120329\\_haitanos\\_frenteira\\_acao\\_jf.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120329_haitanos_frenteira_acao_jf.shtml)>. Acesso em: 18/08/2014.

<sup>97</sup> A esse respeito, ver: CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Apelo urgente – violações de Direitos Humanos em abrigo destinado a acolher haitianos na cidade de Brasília, norte do Brasil**. 19 ago. 2013. Disponível em: <[http://www.conectas.org/arquivos-site/Conectas\\_ApeloUrgenteONU\\_Brasileia\\_ago2013\\_port.pdf](http://www.conectas.org/arquivos-site/Conectas_ApeloUrgenteONU_Brasileia_ago2013_port.pdf)>. Acesso em 16/08/2014.

concessão de visto humanitário aos imigrantes haitianos não basta. As respostas dadas pelo direito internacional e nacional em matéria de migrações, a serem analisadas nos dois capítulos seguintes, são insuficientes, não protegendo de fato a integralidade dos direitos humanos e trabalhistas dos migrantes. Acaba-se por permitir, assim, que se tornem vítimas de exploradores dessa fragilizada situação.



#### 4. TUTELA JURÍDICA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES MIGRANTES

Este capítulo pretende examinar a regulação jurídica despendida às migrações de trabalhadores na atualidade em âmbito internacional. Conforme dito no primeiro capítulo, o fenômeno migratório deve ser compreendido de acordo com as transformações econômicas mundiais.

Assevera Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes que, com a globalização, emana o desafio de contextualizar o regime jurídico das migrações à nova realidade tecnológica e econômica. Mais do que isso, surge a necessidade de *resgatar* a prevalência dos direitos humanos sobre os interesses deslocalizados e descomprometidos do poder econômico. Deve-se mencionar que grande parte das legislações nacionais e internacionais não considera a imigração como um direito, pois em verdade o interesse que se tem é o de consagrar que direito ela não é, fazendo prevalecer a soberania nacional sobre a autodeterminação individual. No Direito Internacional, pois, apenas fragmentos do ato de imigrar são reconhecidos, como a liberdade de ir e vir e a de circular.<sup>98</sup>

Ainda segundo a mesma autora, teóricos do Direito Internacional já afirmaram que todos os Estados soberanos poderiam regular as questões de admissão e expulsão de estrangeiros da maneira que considerassem conveniente.<sup>99</sup>

Quanto ao conceito de soberania, contudo, cabe pontuar o que já afirmara Hegel:

constituir a soberania a afirmação do caráter ideal de toda a legitimidade particular não significa, ao contrário do que muitas vezes se julga, que se possa considerá-la como uma força absoluta, uma vazia arbitrariedade, e confundi-la assim com o despotismo.<sup>100</sup>

Dessa maneira, apesar da predita afirmação de teóricos do Direito Internacional, é certo que a soberania de um Estado não raro colide com a de outro,

<sup>98</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração:** o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 218.

<sup>99</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração:** o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 221.

<sup>100</sup> HEGEL, George W. Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 278.

de modo que a referida conveniência de cada país nunca foi absoluta, verificando-se uma antinomia entre o individual e o coletivo. Posteriormente às guerras mundiais, notou-se um choque também entre a soberania interna e a *comunidade das nações*, que sofreu consequências negativas. A recusa discricionária na admissão de estrangeiros, sobretudo nesse contexto, poderia ser entendida como ofensa ou hostilidade a outro país soberano.<sup>101</sup>

Em que pese cada Estado detenha soberania, não pode ela se sobrepor à soberania de Estado diverso. Nas palavras de Francisco Rezek, parafraseando Nguyen Quoc Dinh, “atributo fundamental do Estado, a soberania o faz titular de competências que, precisamente porque existe uma ordem jurídica internacional, não são ilimitadas; mas nenhuma outra entidade as possui superiores.”<sup>102</sup>

Tendo em vista isso, foi-se paulatinamente consolidando em cada Estado soberano o dever de adotar regras relativas à admissão de estrangeiros em seu território, ainda que o fosse de forma bastante restritiva. Nesse passo, a tendência que se observa é o regime de liberdade de circulação dentro de blocos econômicos regionais, como ocorre com a União Europeia. Entretanto, ao se considerar a existência dos demais países, alheios a esse bloco, não se elimina a necessidade de um Direito Internacional em matéria de migrações. Outrossim, ainda que haja a liberdade de circulação dentro dos blocos regionais por meio de acordos, subsiste a restrição ao direito ao livre assentamento, ou seja, ao direito à imigração.<sup>103</sup>

A migração, compreendida como fenômeno global e sociológico, precisa de regulamentação para atender necessidades e interesses que giram em seu entorno, como, por exemplo, a reciprocidade entre os países e, também, os Direitos Humanos dos trabalhadores migrantes. Para fomentar essas discussões, foram criados órgãos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que integra o Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.

---

<sup>101</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração:** o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 221.

<sup>102</sup> DINH *apud* REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público.** Curso Elementar. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 224.

<sup>103</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração:** o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 222.

Sem a pretensão de esgotar o tema da questão migratória, neste capítulo serão analisados tão somente os diplomas internacionais que mais guardam pertinência com a matéria dos direitos dos trabalhadores migrantes. Diplomas esses que visam a incrementar a cooperação internacional, com vistas a melhorar as condições de vida do trabalhador e a harmonizar o desenvolvimento técnico-econômico com o progresso social.<sup>104</sup>

Esclarece-se que serão apresentadas as respostas dadas pelo Direito Internacional à questão migratória de trabalhadores de modo geral, e não especificamente quanto aos trabalhadores haitianos no Brasil, eixo deste trabalho monográfico. Essa análise prévia se faz necessária na medida em que, sem dúvidas, essas respostas alcançam também aos migrantes haitianos. Contudo, a normativa específica em relação a eles é nacional (Resolução Normativa n. 97 de 2012, do CNlg) e será analisada somente ao final do capítulo seguinte.

#### 4.1. Declaração Universal dos Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada em 10 de dezembro de 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, e é um marco na história dos Direitos Humanos. É tida como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações, consagrando princípios fundamentais também da ordem jurídica nacional.

Pode ser considerada a fonte de máxima de inspiração no Direito<sup>105</sup> e, nas palavras de Cristiane Lopes, a Declaração em referência é a “coroação do paradigma da modernidade, da razão iluminista e do seu consequente projeto de *vida digna*”.<sup>106</sup>

---

<sup>104</sup> SUSSEKIND, Arnaldo Lopes. **Curso de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 60.

<sup>105</sup> DELGADO, Gabriela Neves. Princípios internacionais do Direito do Trabalho e do Direito Previdenciário. **Revista LTr**, São Paulo, ano 74, t.I, n. 03, mar. 2010. p. 340.

<sup>106</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração: o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 237.

Logo em seu artigo I, estabelece que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”, edificando o princípio da não discriminação. No âmbito do Direito do Trabalho, Arnaldo Süssekind pontua que os Direitos Humanos dos trabalhadores são homenageados nos artigos XXII a XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>107</sup>, abaixo transcritos:

**Artigo XXII** Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade. **Artigo XXIII** 1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. 3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. 4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses. **XXIV** Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas. **XXV** 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. 2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.<sup>108</sup>

A partir da leitura do artigo XXIII, nota-se claramente a consagração do princípio da não discriminação também no campo do Direito do Trabalho, ao dispor que “todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego” e, também, que “todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho”.

No que respeita às migrações, o artigo XIII estabelece que “Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de

<sup>107</sup> SUSSEKIND, Arnaldo Lopes. **Curso de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 62.

<sup>108</sup> A íntegra da Declaração Universal dos Direitos Humanos pode ser encontrada no sítio eletrônico da ONU no Brasil, URL:<<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em 30/10/2014.

cada Estado”, a partir do que se evidencia a ausência de previsão do direito de fixar residência fora das fronteiras do país de sua nacionalidade.

O mesmo enunciado, ainda, aduz que “todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”. Desse modo, tem-se por fixado o direito de circulação, assegurando-se a possibilidade de sair de seu país para turismo, por exemplo, e retornar. Entretanto, verifica-se que a liberdade de estabelecimento em país diverso do da nacionalidade não é reconhecido como direito humano.

Afirma-se, paradoxalmente, a existência do direito humano de emigrar, mas não o de imigrar. Paradoxo esse que talvez se justifique em razão de o direito à imigração se chocar com a soberania nacional, ao passo que o direito à emigração tem como mola propulsora a liberdade de ir e vir.<sup>109</sup>Muito embora haja esse entrave em matéria de migrações, deve-se admitir a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sobretudo para a consagração dos Direitos Humanos dos trabalhadores.

Deve-se assinalar, ainda, que a Declaração não exaure o rol de direitos a serem assegurados aos trabalhadores pelos Estados, uma vez que também se fazem presentes em Convenções da OIT, órgão que tem a garantia do trabalho digno como *meta internacional estratégica*.<sup>110</sup>

A ideia global de trabalho digno e decente somente é cognoscível a partir da possibilidade de universalidade dos Direitos Humanos, sendo esses respeitados por todos os Estados e povos. Esses direitos, insista-se, não são necessariamente os definidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Uma ordem internacional para os Direitos Humanos deve ser estabelecida sobre uma *pauta mínima*, que se permita considerar efetivamente universal e que atenda à dignidade da pessoa humana – o alicerce de qualquer construção racional acerca dos Direitos Humanos. Ademais, deve deter a flexibilidade necessária para respeitar modos distintos de viabilizar direitos, considerando as diversas

---

<sup>109</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração:** o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 239.

<sup>110</sup> ANDRADE, Fernanda Rodrigues Guimarães. **Direitos humanos dos trabalhadores:** uma análise da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho. Belo Horizonte: RTM, 2012. p. 27.

possibilidades de culturas.<sup>111</sup> Afirma-se, desse modo, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, embora não esgote o rol de direitos, representa a ideia básica do que seja o conjunto mínimo de direitos dos trabalhadores.

#### 4.2. Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Partindo da premissa de que promover a paz universal e permanente só seria possível com base na justiça social, a criação da OIT se deu após a Primeira Guerra Mundial, a partir dos textos do Tratado de Versalhes na Conferência da Paz de 1919.<sup>112</sup>

A Constituição da OIT converteu-se na parte XIII do Tratado de Versalhes, que torna cristalina a missão da OIT de estabelecer a justiça social por meio do trabalho. Deu-se a partir de uma convenção entre os Estados que perceberam que a paz social somente seria alcançada mediante uma atuação coletiva internacional, abarcando não somente os interesses estatais, como também os de todos os participantes das relações sociais – trabalhadores e empregadores.<sup>113</sup>

Em 1944, a Constituição da OIT foi alterada pela Declaração da Filadélfia e, já no terceiro *consideranda* do preâmbulo, nota-se a preocupação com os direitos dos trabalhadores migrantes.<sup>114</sup> Antes mesmo da criação da ONU e do aparecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a OIT havia se dedicado sobre o tema, tendo já estabelecido duas Convenções Internacionais a ele

<sup>111</sup> BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Trabalho decente: análise jurídica da exploração, trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno**. São Paulo: LTr, 2004. p. 41-51.

<sup>112</sup> OIT Brasil. **História**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/hist%C3%B3ria>>. Acesso em 07/09/2014.

<sup>113</sup> PASSOS, André; PEREIRA, Fernanda Negrão; NICOLADELI, Sandro Lunard; FRIEDRICH, Tatyana Scheila; CECHINEL, Vinícius. **Manual de Direito Internacional do Trabalho: Teoria geral e prática perante a OIT**. Curitiba: Editora Ithália, 2012. p. 9.

<sup>114</sup> “Considerando que a não adoção por qualquer nação de um regime de trabalho realmente humano cria obstáculos aos esforços das outras nações desejosas de melhorar a sorte dos trabalhadores nos seus próprios territórios (...)”. OIT Brasil. **Constituição da OIT**. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent\\_work/doc/constituicao\\_oit\\_538.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf)>. Acesso em 07/09/2014.

atinentes: as de número 19 e 97. Além disso, em 1975 tratou mais uma vez dessa matéria, com o advento da Convenção 143<sup>115</sup>, que será analisada mais adiante.

O primeiro artigo da Declaração da Filadélfia reafirmou os princípios fundamentais do Direito Internacional do Trabalho:

I. A Conferência afirma novamente os princípios fundamentais sobre os quais se funda a Organização, isto é: a) o trabalho não é uma mercadoria; b) a liberdade de expressão e de associação é uma condição indispensável para um progresso constante; c) a pobreza, onde quer que exista, constitui um perigo para a prosperidade de todos; d) a luta contra a necessidade deve ser conduzida com uma energia inesgotável por cada nação e através de um esforço internacional contínuo e organizado pelo qual os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, colaborando em pé de igualdade com os Governos, participem em discussões livres e em decisões de caráter democrático tendo em vista promover o bem comum.<sup>116</sup>

A partir do item “a” desse artigo, pode-se afirmar que o trabalho não deve ser mercantilizado, ainda que em uma economia capitalista. Gabriela Delgado interpreta o trabalho digno na economia capitalista como uma das bases da democracia social, exigindo que o direito ao trabalho seja minimamente assegurado.<sup>117</sup> O item “b” acima transcrito consolida a participação de toda a sociedade no Estado Democrático de Direito, assegurando a livre manifestação do pensamento e a possibilidade associativa nos países.

O terceiro princípio considera a pobreza extrema e a exclusão social como perigosas para a prosperidade, eis que representam afronta à dignidade da pessoa humana. Sobre o item “c” do primeiro artigo da Declaração da Filadélfia, Gabriela Delgado acrescenta que uma das possibilidades de redução das desigualdades sociais reside na efetivação e generalização do Direito do Trabalho, pois é ele o instrumento garantidor da efetiva cidadania, no cenário socioeconômico, e da efetiva dignidade, no cenário individual.<sup>118</sup>

<sup>115</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração**: o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 225.

<sup>116</sup> O inteiro teor da Declaração da Filadélfia está disponível no sítio eletrônico da OIT Brasil, sob a URL: <[http://www.oit.org.br/sites/all/forced\\_labour/legis\\_jur/sumario/Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Filad%C3%A9lfia.pdf](http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/legis_jur/sumario/Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Filad%C3%A9lfia.pdf)>. Acesso em 07/09/2014.

<sup>117</sup> DELGADO. Gabriela Neves. Princípios internacionais do Direito do Trabalho e do Direito Previdenciário. **Revista LTr**, São Paulo, ano 74, t.I, n. 03, mar. 2010. p. 340.

<sup>118</sup> DELGADO. Gabriela Neves. Direitos humanos dos trabalhadores: perspectiva de análise a partir dos princípios internacionais do direito do trabalho e do direito previdenciário. 70 anos da Justiça do Trabalho. **Revista do TST**, Brasília, vol. 77, nº 3, jul/set 2011. p. 71.

O quarto princípio, acima representado no item “d”, homenageia a estratégia do diálogo social ou tripartismo.<sup>119</sup> Ou seja, a OIT possui uma estrutura tripartite, que a diferencia de outras organizações ligadas à ONU: representantes de governos, de empregadores e de trabalhadores participam, de forma igualitária, nas atividades dos diversos órgãos da OIT.<sup>120</sup>

A OIT tem caráter universal<sup>121</sup> e dela fazem parte 185 países membros.<sup>122</sup> É a Organização competente para estabelecer e tratar das normas de padrões internacionalmente reconhecidos de trabalho.<sup>123</sup> Nesse cenário, cabe mencionar que o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela XXI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em 19 de dezembro de 1966, guarda absoluta sintonia com os princípios sociais consagrados pela OIT, seja em suas convenções ou recomendações.<sup>124</sup> Contudo, pondera Sússekind que os instrumentos adotados pela OIT superam o nível de proteção das garantias inseridas nesse Pacto. Acrescenta, ainda, que muitos de seus preceitos têm caráter promocional<sup>125</sup>, ao contrário da maioria das convenções da OIT.<sup>126</sup>

Em 1998, na 86ª Conferência Internacional do Trabalho, elaborou-se a Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho<sup>127</sup>, por meio da qual seus filiados se obrigam a respeitar, promover e efetivar os direitos

<sup>119</sup> DELGADO, Gabriela Neves. Princípios internacionais do Direito do Trabalho e do Direito Previdenciário. **Revista LTr**, São Paulo, ano 74, t.I, n. 03, mar. 2010. p. 341.

<sup>120</sup> PASSOS, André; PEREIRA, Fernanda Negrão; NICOLADELI, Sandro Lunard; FRIEDRICH, Tatyana Scheila; CECHINEL, Vinícius. **Manual de Direito Internacional do Trabalho**: Teoria geral e prática perante a OIT. Curitiba: Editora Ithália, 2012. p. 10.

<sup>121</sup> SUSSEKIND, Arnaldo Lopes. **Convenções da OIT**. 2ª ed. São Paulo: LTr, 1998. p.20.

<sup>122</sup> NORMLEX. International Labour Organization (ILO), 1996-2012. Disponível em: <<http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:1:0::NO::>>. Acesso em: 07/09/2014.

<sup>123</sup> OMC. **Ministerial Conference**. Singapura, 1996. Disponível em: <[http://www.wto.org/english/thewto\\_e/minist\\_e/min96\\_e/singapore\\_declaration96\\_e.pdf](http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min96_e/singapore_declaration96_e.pdf)>. Acesso em: 07/09/2014.

<sup>124</sup> O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais teve a adesão do Brasil, sendo promulgado pelo Decreto n. 591, de 6 de julho de 1992. A íntegra do conteúdo desse Pacto encontra-se disponível no sítio eletrônico do Planalto, URL: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm)>. Acesso em 30/10/2014.

<sup>125</sup> O que aqui se intitula “caráter promocional” dos preceitos do Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais deve ser entendido como aquilo que lhes atribui dependência de prestações positivas do Estado. A esse respeito ver: SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012. p. 47-48.

<sup>126</sup> SÚSSEKIND *apud* DELGADO, Gabriela Neves. Direitos humanos dos trabalhadores: perspectiva de análise a partir dos princípios internacionais do direito do trabalho e do direito previdenciário. 70 anos da Justiça do Trabalho. **Revista do TST**, Brasília, vol. 77, nº 3, jul/set 2011. p. 71.

<sup>127</sup> OIT. **Declaração da OIT Sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho**. Genebra, 1998. Disponível em: <[http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/oit/doc/declaracao\\_oit\\_547.pdf](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/oit/doc/declaracao_oit_547.pdf)>. Acesso em: 07/09/2014.



humanos básicos dos trabalhadores, independentemente de terem ratificado as convenções que tratam do assunto.<sup>128</sup>

As normas instituídas pela OIT são um meio pelo qual a Organização realiza seus objetivos e valores enunciados em sua Constituição e na Declaração da Filadélfia.<sup>129</sup> Mostra-se pertinente a análise das Convenções n. 97 e n. 143 da OIT, que dizem respeito aos trabalhadores migrantes – categoria vulnerável e sujeita à exploração e à violação de seus direitos humanos.

#### 4.2.1. Convenção n. 97 da OIT

A Convenção n. 97 da OIT, de 1939, revista em 08/06/1949, foi ratificada pelo Brasil em 1965. Entrou em vigor por meio do Decreto n. 58.819/66 e tem por escopo evitar o tráfico de pessoas.<sup>130</sup>

Em seu artigo 11, define como trabalhador migrante “toda pessoa que emigra de um país para outro com vista a ocupar um emprego que não seja por sua própria conta, e compreende qualquer pessoa regularmente admitida como trabalhador migrante.” Ou seja, não aborda os trabalhadores em situação irregular.

Aduz Cristiane Lopes que essa Convenção afirma a imigração como um meio para potencializar o pleno emprego em nível mundial, colaborando para diminuir o déficit internacional entre oferta e demanda de emprego.<sup>131</sup> Contudo, como dito, essa Convenção versa apenas sobre a migração regular, prevendo, no art. 8 do anexo I e no art. 13 do anexo II, que os que se dedicarem a promover a migração

---

<sup>128</sup> DELGADO, Gabriela Neves. Direitos humanos dos trabalhadores: perspectiva de análise a partir dos princípios internacionais do direito do trabalho e do direito previdenciário. 70 anos da Justiça do Trabalho. **Revista do TST**, Brasília, vol. 77, nº 3, jul/set 2011. p. 72.

<sup>129</sup> ANDRADE, Fernanda Rodrigues Guimarães. **Direitos humanos dos trabalhadores: uma análise da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2012. p. 35.

<sup>130</sup> BRASIL. Decreto n. 58.819, de 14 de julho de 1966. Promulga a Convenção n. 97 sobre os Trabalhadores Migrantes. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. 19 jul. 1966. Seção 1, p. 8001.

<sup>131</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração: o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 227-228.

clandestina deverão ser punidos. Salvo essa condenação dos traficantes de mão de obra, não há qualquer outra disposição sobre os efeitos do trabalho irregular.

As disposições da Convenção apostam em um modelo de migração pública, devidamente negociada entre os países emissor e receptor de mão de obra. Na imigração pública, o país receptor reconheceria a necessidade de trabalhadores para o funcionamento do país, assumindo compromissos que levariam em conta a pessoa humana do imigrante.<sup>132</sup> A Convenção obriga seus signatários a entregar contrato de trabalho ao migrante antes da sua partida, contendo as condições de trabalho e remuneração, bem como impõe o dever de informar o migrante sobre as condições de vida e de trabalho do território de imigração (art. 5º), em um claro intuito de evitar o tráfico de pessoas. Na prática, entretanto, isso não ocorre, talvez pelo desinteresse dos Estados em assumir obrigações para com os trabalhadores migrantes.

Uma das previsões da Convenção n. 97 é a observância do princípio da não discriminação, nela sob a roupagem de “tratamento não menos favorável”. Há a previsão de igualdade de oportunidades e de tratamento entre trabalhadores migrantes (regulares, frise-se) e trabalhadores nacionais no que respeita à remuneração, jornada de trabalho, trabalho de menores e de mulheres, seguridade social, entre outros direitos previstos na legislação trabalhista do país receptor (art. 6º).

As Recomendações n. 61<sup>133</sup> e n. 86<sup>134</sup> orientam a aplicação da Convenção n. 97 da OIT, e estabelecem que caso o trabalho do imigrante possa ser objeto de restrições, que o sejam por prazo máximo de 5 anos. Ainda, preveem que tais restrições não serão aplicadas aos cônjuges ou aos filhos reunidos, ou, ao menos, que sejam aplicadas com igual duração ao do trabalhador principal. Ainda, a Recomendação n. 86 aduz que os trabalhadores que tenham permanecido no país

<sup>132</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direitos dos trabalhadores migrantes**. No prelo. Esclarece-se que o texto foi disponibilizado pela Professora Thereza Cristina Gosdal, na disciplina de Tópicos do Direito do Trabalho B, ofertada em 2013, sob o código DV104, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

<sup>133</sup> Texto integral da Recomendação n. 61 em inglês disponível em: <[http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100\\_INSTRUMENT\\_ID:312399:NO](http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312399:NO)>. Acesso em 30/10/2014.

<sup>134</sup> Texto integral da Recomendação n. 86 em inglês disponível em: <[http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100\\_INSTRUMENT\\_ID:312424:NO](http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312424:NO)>. Acesso em 30/10/2014.

por pelo menos cinco anos não se sujeitam à expulsão e, ademais, em caso de repatriação, preconiza que só ocorra posteriormente ao recebimento das parcelas do seguro desemprego. Além disso, em caso de regresso do migrante, a Recomendação n. 86 prevê que os gastos de transporte não corram a seu cargo.

Sabe-se que as Recomendações não detêm força cogente, porém nada impede que sejam tidas como norteadoras em matéria de migrações no Brasil.

#### 4.2.2. Convenção n. 143 da OIT

Ratificada por poucos países, nenhum do Mercosul, a Convenção n. 143 tem o intuito de complementar e atualizar as Convenções n. 97 e n. 111 da OIT. Isso porque a Convenção n. 97 não trata da problemática do crescimento desordenado de movimentos migratórios, do tráfico de mão de obra e da busca pelo pleno emprego.<sup>135</sup> A Convenção n. 111, que trata sobre a discriminação em matéria de emprego e profissão, a seu turno, não abrange as distinções por motivo de nacionalidade.<sup>136</sup>

A Convenção n. 143 se divide em duas partes: a primeira versa sobre as migrações em condições abusivas (do art. 1º ao 9º) e a segunda trata da desigualdade de oportunidades e de tratamento (art. 10º ao 14º).<sup>137</sup>

Ao contrário da Convenção n. 97 da OIT, já analisada, a Convenção n. 143 não mais faz menção aos acordos internacionais, tampouco prevê que o recrutamento e a colocação profissional estejam a encargo dos Estados.<sup>138</sup> Atualiza-se a compreensão política das migrações, abordando diretamente o problema da informalidade, ou seja, das migrações irregulares.

<sup>135</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração: o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 230.

<sup>136</sup> BRASIL. Decreto n. 62.150, de 19 de janeiro de 1968. Promulga a Convenção n. 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e profissão. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 jan. 1968, Seção 1, p. 745.

<sup>137</sup> Inteiro teor da Convenção n. 143 disponível na internet: <[http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/convencao\\_no\\_143\\_da\\_oit\\_-\\_nao\\_ratificada\\_pelo\\_brasil.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/convencao_no_143_da_oit_-_nao_ratificada_pelo_brasil.pdf)>. Acesso em 30/10/2014.

<sup>138</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direitos dos trabalhadores migrantes**. No prelo.

No art. 6º, estabelece o dever de punição para os traficantes de mão de obra, e vai além: dispõe sanções também para os que empregam trabalhadores em condições irregulares (art. 3º). No art. 4º, ainda, preconiza a colaboração internacional para a efetivação das punições. Ademais, em caso de ilegalidade, garante ao trabalhador o “direito de não ser considerado ilegal pela simples perda de seu emprego” (art. 8º). Na impossibilidade da regularização, há previsão assecuratória dos direitos decorrentes de empregos anteriores no que concerne à remuneração, seguridade social e outras vantagens (art. 9º). Em caso de sonegação a esses direitos, o imigrante irregular deve ter pleno acesso à justiça.<sup>139</sup>

Tais previsões, por conseguinte, acabam comprometendo a adesão dos países, já que acarretaria necessariamente a revisão de toda a respectiva legislação interna. No caso do Brasil, isso resta claro ao considerar o condicionamento da concessão de vistos de trabalho à apresentação do contrato específico.<sup>140</sup> Além disso, a legislação brasileira obriga as empresas a se comprometerem a repatriar o trabalhador quando findo seu contrato, antecipadamente ou não.<sup>141</sup>

A Convenção n. 143 procura preservar a união familiar (art. 13º), o que representa avanços em relação à disciplina anterior. A exemplo, menciona-se que inclui os ascendentes, além dos cônjuges e filhos, no rol das pessoas beneficiárias da reunião familiar, além de assegurar o direito de reunião familiar para o cônjuge independentemente da relação de dependência econômica (que é exigida para os demais beneficiários).

Além disso, estabelece que os Estados-membros devem tomar medidas para a concretização do princípio da não discriminação (art. 12º). Não obstante, o

<sup>139</sup> CARELLI, Rodrigo de Lacerda. Trabalho do estrangeiro no Brasil. **Boletim do CEDES (Centro de Estudos Direito e Sociedade)**. Rio de Janeiro, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.soc.puc-rio.br/cedes/PDF/cidadaniatrabalho/trabalho%20do%20estrangeiro%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em 08/09/2014.

<sup>140</sup> A exemplo, cita-se os artigos 13 e 15 do Estatuto do Estrangeiro, que assim dispõem: “Art. 13. O visto temporário poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil: I - em viagem cultural ou em missão de estudos; II - em viagem de negócios; III - na condição de artista ou desportista; IV - na condição de estudante; V - na condição de cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro; VI - na condição de correspondente de jornal, revista, rádio, televisão ou agência noticiosa estrangeira. VII - na condição de ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou ordem religiosa. (Incluído pela Lei nº 6.964, de 09/12/81). Art. 15. Ao estrangeiro referido no item III ou V do artigo 13 só se concederá o visto se satisfizer às exigências especiais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Imigração e for parte em contrato de trabalho, visado pelo Ministério do Trabalho, salvo no caso de comprovada prestação de serviço ao Governo brasileiro.”

<sup>141</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direitos dos trabalhadores migrantes**. No prelo.

art. 14º da Convenção estabelece limitações ao trabalho do imigrante em razão de interesse estatal<sup>142</sup>, as quais devem ser interpretadas restritivamente.

A tendência atual é a de penalizar com a deportação o trabalhador que perde o emprego ou que trabalha em condições irregulares. É facilmente visível que a perda do emprego pelo trabalhador, com a consequente cassação de seu visto de trabalho ou de residência, inviabiliza qualquer reclamação por melhores condições de trabalho ou pelo devido cumprimento do contrato de trabalho (por exemplo, o pagamento dos salários em dia). Essa disciplina, assim, constitui um verdadeiro incentivo à rotatividade da mão de obra irregular: “Se o empregador não for obrigado a pagar verbas decorrentes do contrato de trabalho, acudirá a outro imigrante para exercer o mesmo serviço, de preferência nas mesmas condições precárias e ilegais.”<sup>143</sup>

As prescrições da Convenção n. 143 contrariam essa tendência. Contudo, como predito, o Brasil ainda não a aderiu, não sendo ela um instrumento cogente do ordenamento jurídico pátrio.<sup>144</sup>

#### **4.3. Convenção Internacional da ONU sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias**

No ano de 1990, a Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção Internacional sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migratórios e de seus familiares, que entrou em vigor somente em 1º de julho de 2003<sup>145</sup>. É considerada uma das mais importantes convenções sobre direitos humanos, gerando grandes expectativas para os migrantes. Entretanto, os grandes países

---

<sup>142</sup> Restrições relacionadas a diversos assuntos, *E.g.* livre escolha do emprego, reconhecimento de títulos e acesso a determinadas categorias e funções de interesse do Estado.

<sup>143</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração:** o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 233.

<sup>144</sup> OIT Brasil. **Convenções ratificados pelo Brasil.** Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/convention>>. Acesso em 08/09/2014.

<sup>145</sup> O inteiro teor dessa Convenção está disponível na internet: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/917816.pdf>>. Acesso em 30/10/2014.

receptores de migrantes não são signatários dessa Convenção, muito embora a tenham massivamente ratificado os países da América do Sul.<sup>146</sup>

O Brasil é o único país do Mercosul que não é signatário da Convenção, apesar de ter assumido o compromisso político de ratificá-la em 1996, no Plano Nacional de Direitos Humanos, como uma medida de curto prazo.<sup>147</sup> Da mesma forma que ocorre com a Convenção n. 143 da OIT, o número reduzido de signatários pode ser explicado pelo desinteresse dos países receptores de migrantes em garantir direitos a essa categoria vulnerável de pessoas ou, talvez, pelo receio dos riscos de instabilização econômica e social, frutos de eventuais inchaços populacionais em regiões de notável prosperidade.

Apesar disso, essa Convenção é um importante instrumento teórico e didático, que aponta para um “vir a ser”. Estabelece uma codificação universal dos direitos dos trabalhadores migrantes no âmbito da ONU, de maneira mais atualizada do que as convenções da OIT.<sup>148</sup> Nela, são reconhecidos os direitos à associação e à sindicalização, à liberdade de expressão e de credo, bem como ao devido processo legal e trato equitativo em relação a direitos econômicos e sociais.

Pode-se afirmar que é o diploma mais significativo quanto à proteção dos trabalhadores migrantes, sobretudo dos trabalhadores em situação irregular, pois assegura a existência digna, independentemente da condição de regularidade migratória. Dito de outra forma, essa Convenção reafirma o princípio da não discriminação em situações concretas, em que o *status* migratório não é fator relevante para fomentar uma distinção de tratamento.

O item 1 do art. 2º define o trabalhador migrante como “a pessoa que vai exercer, exerce ou exerceu uma atividade remunerada num Estado de que não é nacional”. Conceitua, ademais, outras categorias de trabalhadores migrantes, como os fronteiriços, os itinerantes, os de temporada, entre outros.

A segunda parte dessa Convenção trata da não discriminação em matéria de direitos, aduzindo que os Estados-membros se comprometem a respeitar e a assegurar os direitos previstos na Convenção a todos os trabalhadores migrantes e

---

<sup>146</sup> ONU. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Acnud). Informações disponíveis em: <<http://www2.ohchr.org/english/>>. Acesso em 08/09/2014.

<sup>147</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direitos dos trabalhadores migrantes**. No prelo.

<sup>148</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração: o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 241-242.

familiares que se encontrarem em seu território e estejam sujeitos à sua jurisdição, sem quaisquer distinções.

Na terceira parte, dos artigos 8 a 35, lista-se um extenso rol de direitos humanos dos trabalhadores migrantes, já antes reconhecidos para toda a pessoa humana, apenas com a peculiaridade decorrente da condição de migrante. Ou seja, essa Convenção tem claramente a pretensão de ressaltar a prevalência desses direitos humanos, independentemente da situação regular ou irregular do trabalhador migrante<sup>149</sup>, destacando-se o direito à vida e à dignidade humana, o direito de sair e regressar ao próprio país, direito à liberdade e o direito a não submissão à escravidão ou a trabalhos forçados.

A parte sétima institui um mecanismo de acompanhamento do cumprimento da Convenção, inclusive com a possibilidade de solução de conflitos, por meio da criação do comitê de proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e seus familiares (art. 72). Essas previsões geram um impulso mais forte para o cumprimento da Convenção, para além da simples declaração de direitos. Diante disso, Cristiane Lopes enumera três motivos que tornam essa Convenção notadamente valiosa:

a) estabelece expressamente que os trabalhadores não poderão sofrer restrições no que diz a uma série de direitos definidos como 'direitos humanos' (neles incluídos os direitos decorrentes das relações laborais), apesar de eventual situação de irregularidade administrativa; b) a previsão de direitos coloca em xeque a 'potestade' dos Estados-Parte na adoção de política de migração; c) o mecanismo de acompanhamento pode vir a ser um catalisador para a adequação dos países a esse paradigma internacional.<sup>150</sup>

Assim como a Convenção n. 143 da OIT, a Convenção Internacional sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias não foi ratificada pelo Brasil, de modo que não integra o direito interno.

Sendo assim, a proteção jurídica dos trabalhadores imigrantes irregulares é enfraquecida em território nacional. Muitos estrangeiros, por permanecerem no país de forma irregular, são submetidos a condições de trabalho subumanas, carecendo de proteção.

<sup>149</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direitos dos trabalhadores migrantes**. No prelo.

<sup>150</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração: o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 249.

## 5. TUTELA JURÍDICA NACIONAL DOS TRABALHADORES MIGRANTES

Feita a análise da avaliação jurídica internacional referente à migração de trabalhadores, será neste capítulo abordado o tema migratório sob a ótica jurídica nacional, abarcando a Constituição Federal de 1988, o Estatuto do Estrangeiro, a Consolidação das Leis do Trabalho e, por fim, especificamente quanto aos imigrantes haitianos, será analisada a Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração.

### 5.1. Constituição Federal de 1988

Impõe-se, de início, uma breve análise dos dispositivos constitucionais que tratam dos estrangeiros, tendo em vista que serão eles que nortearão a interpretação dos demais tópicos a serem abordados neste capítulo.

A mais importante passagem constitucional sobre o tema reside no *caput* do art. 5º, que garante a igualdade entre os brasileiros e os estrangeiros residentes no Brasil, *in verbis*: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”.

Coloca-se uma discussão acerca da expressão “estrangeiros residentes no País”. Entende-se por residente aquele que vive legalmente no país ou, ainda, aquele que tenha posse direta ou indireta de imóvel.<sup>151</sup> Contudo, nem todo estrangeiro que se encontre no Brasil legalmente será um residente. Exemplo disso são os turistas. Por isso, questiona Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes:

É correto inferir, a partir da leitura do *caput* do artigo 5º da CF que, apenas porque essas pessoas [turistas] não são residentes não terão, por exemplo, a garantia de não serem submetidos à tortura (prevista no inciso III do art. 5º)? É correto inferir que os turistas não terão o direito de locomoção no

---

<sup>151</sup> PINTAL, Alexandre Rocha. **Direito imigratório**. Curitiba: Juruá, 2011. p. 136.



território nacional garantido no inciso XV do referido artigo, ou os direitos de intimidade, devido processo legal, manifestação de opinião, etc.? Parece evidente que não. Não é porque o estrangeiro não é residente que, *ipso facto*, estará alijado dos direitos e garantias individuais.<sup>152</sup>

O que se propõe, portanto, é que seja dada uma interpretação mais ampla à literalidade desse dispositivo constitucional. A expressão “residentes no Brasil” deve ser compreendida no sentido de a Constituição Federal somente poder assegurar a validade e o gozo dos direitos fundamentais dentro do território brasileiro, não excluindo os estrangeiros em trânsito pelo território nacional. No mesmo sentido, Cândido Rangel Dinamarco afirma que o artigo 5º deve ser interpretado considerando a promoção do bem de todos sem qualquer discriminação, já que é esse um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, elencado no art. 3º, IV, da Constituição Federal. Por essa razão, não se pode admitir qualquer interpretação restritiva do alcance dos direitos fundamentais em solo brasileiro.<sup>153</sup>

Por fim, quanto à matéria, o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou antes mesmo da Constituição de 1988, pois a mesma expressão (“brasileiros e estrangeiros residentes”) já estava presente nas Constituições de 1946 (art. 141) e de 1967 (art. 153). No RE 33.319/DF, de relatoria do Ministro Cândido Motta, DJ 07/11/1957, foi garantido o direito de propriedade em favor de estrangeiro não residente no Brasil. Além disso, no MS 4.706/DF, de relatoria do Ministro Ari Franco, DJ 31/07/1958, estrangeiro não residente no Brasil teve reconhecido seu direito de impetrar mandado de segurança.<sup>154</sup> Tem-se, pois, como pacífica a interpretação extensiva dada a essa expressão constante do *caput* do artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

Sobre os estrangeiros, ainda, o mesmo artigo 5º da Constituição da República assegura a não-concessão de extradição por crime político ou de opinião (inciso LII) e protege o cônjuge e os filhos brasileiros de estrangeiros ao garantir a aplicação de lei mais favorável – a brasileira ou a pessoal do *de cuius* – no que se refere à sucessão de bens de estrangeiros situados no país (inciso XXXI).

<sup>152</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração:** o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 459.

<sup>153</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. *apud* LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração:** o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p.460.

<sup>154</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração:** o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 462.

Muito embora haja a regra de igualdade de tratamento entre brasileiros e estrangeiros, a própria Constituição Federal estabelece algumas restrições: a) proibição de alistamento e voto (art. 14, §2º); b) acessibilidade restrita a cargos públicos (seu exercício por estrangeiros depende de previsão legal – art. 37, I); c) necessidade de lei regulamentadora para que estrangeiros possam ser professores, técnicos ou cientistas em universidades (art. 207, §1º)<sup>155</sup>; d) vedação de acesso a cargos públicos especiais, como de Presidente ou Vice-Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal, carreira diplomática, oficial das Forças Armadas e Ministro de Estado da Defesa (art. 12, §3º).

Entretanto, não obstante tais restrições, o princípio da igualdade deve orientar o tratamento a ser dado aos estrangeiros, devendo as exceções acima enumeradas serem interpretadas como *numerus clausus*, em conformidade com a interpretação sistemática da Constituição Federal.<sup>156</sup> Sendo assim, o Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/80) e as leis de nacionalização do trabalho (artigos 352 a 358 da Consolidação das Leis do Trabalho), embora editados anteriormente à Constituição, devem ser interpretados em conformidade com ela, sobretudo no que alude à limitação de direitos.

Cumpra mencionar que o tratamento igualitário entre brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil foi matéria reconhecida como de repercussão geral pelo STF, no Recurso Extraordinário n. 587.970, cujo Relator é o Ministro Marco Aurélio, DJe 02/10/2009. Nos autos, discute-se a possibilidade de conceder a estrangeiros residentes no país o benefício assistencial previsto no artigo 203, V, da

---

<sup>155</sup> O dispositivo foi regulamentado pela Lei 9.515/97, que inseriu o §3º no art. 5º da Lei 8.112/90: “As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei”. A interpretação a ser dada é no sentido de que somente cargos mencionados em leis federais autorizativas podem ser providos por estrangeiros. Cf. PINTAL, Alexandre Rocha. **Direito imigratório**. Curitiba: Juruá, 2011. p. 177.

<sup>156</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração**: o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 458.

Constituição Federal.<sup>157</sup> Os autos foram conclusos ao relator em 17/02/2012 e o mérito ainda pende de julgamento.<sup>158</sup>

No entender de Cristiane Lopes, no que tange aos direitos fundamentais dos estrangeiros, a regra deve ser a igualdade em relação aos nacionais e somente excepcionalmente deve-se admitir a distinção. Para a autora, quaisquer alterações legislativas que instituem tratamento diferenciado entre brasileiros e estrangeiros devem ser devidamente justificadas, tomando-se por base os direitos humanos, os valores de reciprocidade da comunidade internacional, a proibição do retrocesso histórico, a razoabilidade, a proporcionalidade e o direito ao pertencimento de todo cidadão do mundo.<sup>159</sup>

Em síntese, o ordenamento jurídico infraconstitucional deve ser interpretado em conformidade com a Constituição Federal e o princípio da igualdade nela estabelecido. Nacionais e estrangeiros, sejam eles residentes ou não no Brasil, devem ser tratados de maneira isonômica, salvo hipóteses excepcionais, em que haja justificativa relevante e também em conformidade com a Constituição Federal de 1988.

## 5.2. Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/80)

O Estatuto do Estrangeiro é o principal diploma normativo a disciplinar a situação do estrangeiro no Brasil. Dispõe sobre as condições de entrada, permanência e trabalho de estrangeiros no país. Conforme já mencionado, referido Estatuto foi editado e publicado anteriormente à promulgação da Constituição Federal de 1988. Sendo assim, por ter sido pensado em momento anterior ao do

<sup>157</sup> “Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.”

<sup>158</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Disponível para acompanhamento em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2621386>>. Acesso em 13/09/2014.

<sup>159</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração: o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 470.

cenário democrático, adota exclusivamente a perspectiva da soberania nacional.<sup>160</sup>Sua política de imigração é voltada para a defesa do trabalhador nacional e para a atração de mão de obra qualificada.

Logo nos três primeiros artigos do Estatuto, pode-se verificar o teor restritivo do diploma, formulado à época da ditadura militar, repise-se. Neles, condiciona-se a entrada e a permanência de estrangeiros e a concessão de vistos aos interesses nacionais, estabelecendo que a aplicação da lei atenderá à segurança nacional e aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil.<sup>161</sup>

Muitos dispositivos desse diploma legal foram revogados por leis posteriores ou não foram recepcionados pela Constituição de 1988, que tem em seu cerne o princípio da dignidade da pessoa humana e que consagrou os princípios da igualdade e da não discriminação, conforme já delineado no tópico anterior.

No que respeita ao âmbito trabalhista, como regra geral, os contratos de trabalho são regidos pela lei do local da prestação de serviços. Por isso, caso um estrangeiro venha prestar serviços no Brasil, será submetido à legislação brasileira, ainda que esteja a serviço de empresa estrangeira e por prazo determinado, exceto na hipótese prevista no Decreto-Lei n. 691/1969.<sup>162</sup>

Não obstante a possibilidade legal de aplicação da legislação do país de origem na exceção acima mencionada, as normas básicas de Direito do Trabalho brasileiro têm incidência obrigatória, tais como: salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias anuais, duração do trabalho, segurança e higiene do trabalho, seguro contra acidente de trabalho, previdência social e rescisão de contrato por prazo determinado. Isso porque referidas normas ensejam garantias mínimas a

---

<sup>160</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração:** o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 500.

<sup>161</sup>“Art. 1º Em tempo de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta Lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais. Art. 2º Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional. Art. 3º A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre condicionadas aos interesses nacionais.”

<sup>162</sup> Como exceção à regra, o Decreto-Lei 691/1969 dispõe sobre a contratação de técnicos estrangeiros domiciliados ou residentes no exterior, que vêm ao Brasil para prestar serviços especializados em caráter provisório, devendo o contrato ser estabelecido por prazo determinado. De tão fugaz, a tarefa não impõe sequer a transferência do domicílio do interessado, devendo ser tratada como mera viagem a trabalho, por razoabilidade. LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração:** o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 581.

serem observadas por todas as pessoas presentes em território nacional, tendo em vista que veiculam questões de ordem pública, relacionadas com a soberania nacional e ao bem-estar do povo.<sup>163</sup>

Desse modo, as atividades laborais prestadas por estrangeiros no Brasil, independentemente se a serviço de empresa estrangeira ou nacional, devem respeitar o Estatuto do Estrangeiro e as normas editadas pelo Ministério do Trabalho e pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Para o ingresso e a estada no Brasil, o estrangeiro deve apresentar, além do passaporte ou documento equivalente, o visto consular adequado aos seus objetivos no país. Deve-se ressaltar que o visto significa mera expectativa de direito, já que a entrada e a permanência em território nacional podem ser impedidas ou reduzidas se conveniente ao interesse nacional.<sup>164</sup>

O artigo 4º do Estatuto do Estrangeiro prevê sete tipos de vistos: de trânsito, de turista, temporário, permanente, de cortesia, oficial e diplomático. Para este trabalho, interessa a análise dos vistos temporário e permanente, que são os únicos que permitem ao estrangeiro a residência no Brasil.

Para o exercício temporário de atividade remunerada, faz-se necessária a concessão do visto temporário de trabalho, assim considerados os previstos no art. 13, III e V, do Estatuto do Estrangeiro<sup>165</sup>. Esses dispositivos se destinam àqueles que venham ao Brasil para trabalhar, com ou sem vínculo empregatício no Brasil.<sup>166</sup>

A empresa responsável pela entrada e permanência do estrangeiro no Brasil deve solicitar ao Ministério do Trabalho e Emprego a autorização de trabalho correspondente, que será emitida pela Coordenação-Geral de Imigração.<sup>167</sup> Tal

<sup>163</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração:** o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 581-582.

<sup>164</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Portal Consular. **Vistos para estrangeiros.** Disponível em: <<http://www.portalconsular.mre.gov.br/estrangeiros/vistos-para-estrangeiros>>. Acesso em 14/09/2014.

<sup>165</sup> “Art. 13. O visto temporário poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil: III – na condição de artista ou desportista; V – na condição de cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro.”

<sup>166</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Portal Consular. **Visto temporário V – VITEM V.** Disponível em: <<http://www.portalconsular.mre.gov.br/regioes/europa/portugal/faro/vistos/visto-temporario-v-vitem-v>>. Acesso em 14/09/2014.

<sup>167</sup> MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Autorização de trabalho estrangeiro:** legislação base. p. 11. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D398D4D8E01399C60034F42E5/Autoriza%C3%A7%C3%A3o%20de%20Trabalho%20estrangeiro%20%E2%80%93%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Bas e.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D398D4D8E01399C60034F42E5/Autoriza%C3%A7%C3%A3o%20de%20Trabalho%20estrangeiro%20%E2%80%93%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Base.pdf)>. Acesso em 14/09/2014.

autorização é regulamentada por duas principais resoluções do CNlg, quais sejam a Resolução n. 74/2007 e a Resolução n. 80/2008.

A Resolução n. 74, de 09 de fevereiro de 2007, trata dos procedimentos gerais para a obtenção da autorização de trabalho, bem como os recursos cabíveis, prorrogação de prazos e transformações de vistos, se e quando couber. O artigo 1º elenca exhaustivamente os documentos necessários para a autorização de trabalho, em caráter temporário ou permanente, dentre os quais se destacam: atos constitutivos que comprovem a regularidade e a estrutura organizacional da pessoa jurídica interessada na chamada de mão de obra estrangeira, compromisso de repatriação do estrangeiro ao final de sua estada, informações sobre o endereço dos locais onde o estrangeiro prestará serviços e o contrato de trabalho (por prazo determinado ou indeterminado) assinado pelas partes.

Destaque-se, ainda, o artigo 3º da Resolução n. 74, que condiciona a emissão da autorização de trabalho à equivalência de remuneração do estrangeiro chamado à maior remuneração paga no Brasil na mesma função/atividade (*caput*), bem como à equivalência de remuneração para empregado integrante do mesmo grupo econômico, não podendo ser inferior à última remuneração que tenha ele recebido no exterior (parágrafo único).<sup>168</sup>

Já a Resolução n. 80, de 16 de outubro de 2008, dispõe sobre a comprovação de qualificação e experiência profissional, para a concessão da autorização do visto temporário previsto no art. 13, V, do Estatuto do Estrangeiro. Essa Resolução revogou expressamente a Resolução Normativa n. 64, de 13 de setembro de 2005, que tratava do mesmo assunto.

O artigo 2º da Resolução n. 80 estabelece que deve haver compatibilidade entre a qualificação e a experiência profissional do estrangeiro e a atividade que exercerá no Brasil. Em resumo, esse dispositivo impõe, para a concessão da autorização de trabalho temporário ao estrangeiro, a experiência de, no mínimo, dois

---

<sup>168</sup> “Art. 3º Poderá ser concedida autorização de trabalho ao estrangeiro quando a remuneração a lhe ser paga não for inferior a maior remuneração paga pela empresa, na mesma função/atividade a ser desenvolvida pelo estrangeiro chamado no Brasil. Parágrafo único. Poderá ser concedida autorização de trabalho ao estrangeiro, empregado de empresa integrante do mesmo grupo econômico, quando a remuneração a lhe ser paga no Brasil e no exterior não for inferior à última remuneração que tenha recebido no exterior.”

anos no exercício da profissão que não exija nível superior<sup>169</sup>, com escolaridade de no mínimo nove anos (inciso I). Para cargos que exijam curso superior, o tempo mínimo de experiência na função é de um ano, contado a partir da conclusão do curso de graduação (inciso II). Por fim, para as atividades que exijam mestrado ou doutorado, o comprovante de conclusão do grau correspondente não é mais suficiente, a nova Resolução exige que o curso de pós-graduação tenha sido de, no mínimo, 360 horas (inciso III).<sup>170</sup>

A partir dessas exigências de alta escolaridade e de experiência profissional, conclui-se pela imposição de que os imigrantes regulares sejam essencialmente trabalhadores altamente qualificados, o que por certo fomenta a imigração irregular. Para os nacionais de países sul-americanos, diferentemente, o art. 3º da Resolução n. 80/2008 dispensa os requisitos enumerados da comprovação de qualificação e experiência profissional, exigida apenas aos demais estrangeiros, em compatibilidade com a atividade a ser exercida no Brasil.

Assim, está-se preparando o Brasil para a livre circulação de pessoas, em âmbito mais expandido que o do Mercosul.<sup>171</sup> Paulo Sérgio de Almeida, Presidente do CNIg e Coordenador-Geral de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), aduz que “a ideia é facilitar a obtenção de visto de trabalho para que as pessoas não entrem de forma irregular no Brasil e não sejam exploradas e submetidas a trabalho escravo”.<sup>172</sup>

Quanto ao visto permanente, o comando legal é muito abrangente. Os artigos 16 a 18 do Estatuto do Estrangeiro dispõem que deverá ser concedido o visto

<sup>169</sup> A Resolução revogada, diferentemente, falava em “exercício de profissão de nível médio”.

<sup>170</sup> “Art. 2º Na apreciação do pedido será examinada a compatibilidade entre a qualificação e a experiência profissional do estrangeiro e a atividade que virá exercer no país. Parágrafo único. A comprovação da qualificação e experiência profissional deverá ser feita pela entidade requerente por meio de diplomas, certificados ou declarações das entidades nas quais o estrangeiro tenha desempenhado atividades, demonstrando o atendimento de um dos seguintes requisitos: I – escolaridade mínima de nove anos e experiência de dois anos em ocupação que não exija nível superior; ou II – experiência de um ano no exercício de profissão de nível superior, contando esse prazo da conclusão do curso de graduação que o habilitou a esse exercício; ou III – conclusão de curso de pós-graduação, com no mínimo 360 horas, ou de mestrado ou grau superior compatível com a atividade que irá desempenhar; ou IV – experiência de três anos no exercício de profissão, cuja atividade artística ou cultural independa de formação escolar.”

<sup>171</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração**: o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 520.

<sup>172</sup> MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Publicada no Diário Oficial Resolução Normativa do Conselho Nacional de Imigração**. Disponível em: <<http://mte.jusbrasil.com.br/noticias/144410/publicada-no-diario-oficial-resolucao-normativa-do-conselho-nacional-de-imigracao>>. Acesso em 14/09/2014.

“ao estrangeiro que se pretenda fixar definitivamente no Brasil”, desde que satisfaça as “exigências de caráter especial previstas nas normas de seleção de imigrantes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Imigração”, que, a seu turno, devem considerar os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento: aumento da produtividade, assimilação de tecnologia e captação de recursos para setores específicos. Devido a esse comando legal, o CNlg estabeleceu diversas modalidades de visto permanente, assim resumidos por Cristiane Lopes:

a) Investidor ou Administrador em Zona de Produção Externa (RN 18/98); b) Investidores em geral (RN 60/2004); c) Executivo de empresa estrangeira (RN 62/2004); d) Executivo de instituição bancária (RN 63/2005 e RN 74, a partir de 09/09/2007); e) Administrador ou representante de ONG estrangeira sem remuneração (RN 68/2005); f) Administrador ou representante de ONG estrangeira com remuneração (RN 70/06); g) Professor ou pesquisador de alto nível (RN 1/97) e h) Aposentados (RN 45/2000).<sup>173</sup>

É evidente que o processo para a entrada regular no Brasil é bastante burocrático e oneroso, o que corrobora a entrada e a permanência irregular de estrangeiros em território nacional. O Estatuto do Estrangeiro é de tendência seletiva atual e mundial, intimamente ligada às alterações das relações de produção e à mobilidade empresarial.<sup>174</sup> Preocupa-se, tão somente, com a segurança nacional, impedindo a entrada legal de trabalhadores “não qualificados” no Brasil. Impede a regularização migratória e a transformação de vistos (vide artigos 38 e 99<sup>175</sup>), institui procedimentos burocráticos e controles excessivos, além de vedar o trabalho dos familiares em muitas hipóteses de imigração por reunião familiar.<sup>176</sup>

<sup>173</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração:** o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 524.

<sup>174</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração:** o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 597.

<sup>175</sup> “Art. 38. É vedada a legalização da estada de clandestino e de irregular, e a transformação em permanente, dos vistos de trânsito, de turista, temporário (artigo 13, itens I a IV e VI) e de cortesia. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)” e “Art. 99. Ao estrangeiro titular de visto temporário e ao que se encontre no Brasil na condição do art. 21, §1º, é vedado estabelecer-se com firma individual, ou exercer cargo ou função de administrador, gerente ou diretor de sociedade comercial ou civil, bem como inscrever-se em entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada. Parágrafo único. Aos estrangeiros portadores do visto de que trata o inciso V do art. 13 é permitida a inscrição temporária em entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada.”

<sup>176</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração:** o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 650.



Em face das diversas críticas à Lei 6.815/80, há um anteprojeto de lei sobre estrangeiros em tramitação no Congresso Nacional, sob o n. 5.655, de 2009. Esse anteprojeto tem por escopo atualizar o defasado Estatuto do Estrangeiro, contudo, as alterações que propõe são insuficientes para uma real tutela dos direitos humanos dos estrangeiros no Brasil, sobretudo aos que eventualmente se encontrarem em situação de irregularidade.<sup>177</sup> É preciso que se leve em consideração o tipo de migrante que busca oportunidades no Brasil, não sendo em regra, por certo, aquele privilegiado pelo artigo 3º desse anteprojeto de lei.<sup>178</sup>

Oportuna, ainda, a menção da criação de uma Comissão de Especialistas pelo Ministério da Justiça, por meio da Portaria n. 2.162/2013. Essa Comissão foi criada com a finalidade específica de apresentar uma proposta de Lei de Migrações, dada a notável dificuldade de promover a regularização migratória e os direitos dos migrantes.<sup>179</sup> Espera-se que se tenha a cautela necessária para a aprovação de uma nova legislação sobre a matéria, que seja capaz de reconhecer a migração como tema de direitos humanos, superando a lei atual (que prioriza a soberania nacional) e oportunizando, de fato, a efetividade desses direitos.

### 5.3. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

No Título III da CLT, a Seção I do Capítulo II dispõe sobre a nacionalização do trabalho e a proporcionalidade de empregados brasileiros (artigos 352 a 358).

---

<sup>177</sup> FLORIANI, Nádia. Acolhida de imigrantes é desafio para o Paraná. **Umuarama Online**, julho de 2014. Entrevista concedida a Fábio Galiotto. Disponível em: <<http://umuaramaonline.com.br/noticia/4560/acolhida-de-imigrantes-e-desafio-para-o-parana>>. Acesso em 14/09/2014.

<sup>178</sup> “Art. 3º A imigração objetivará, primordialmente, a admissão de mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, ao desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico do Brasil, a captação de recursos para setores específicos e geração de emprego e renda.”

<sup>179</sup> CENTRO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO IMIGRANTE. **Minuta da primeira versão da proposta de Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil**. 28 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.cdhic.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Anteprojeto-Nova-Lei-de-Migra%C3%A7%C3%B5es.pdf>>. Acesso em 31/10/2014.

Em específico, o *caput* do artigo 352 e o art. 354, *caput* e parágrafo único, dispõem que *empresas, individuais ou coletivas, que explorem serviços públicos dados, ou que exerçam atividades industriais ou comerciais, são obrigadas a manter, no quadro do seu pessoal, quando composto de três ou mais empregados, uma proporção de brasileiros não inferior a dois terços, podendo, entretanto, ser fixada proporcionalidade inferior, em atenção às circunstâncias especiais de cada atividade, mediante ato do Poder Executivo, e depois de devidamente apurada pelo Departamento Nacional do Trabalho e pelo Serviço de Estatística de Previdência e Trabalho a insuficiência do número de brasileiros na atividade de que se tratar*. Essa proporcionalidade é obrigatória não só em relação à totalidade do quadro de empregados, com as exceções especificadas pela CLT, como ainda em relação à correspondente folha de salários.

Excluem-se da regra da proporcionalidade, contudo, os empregados que exerçam funções técnicas especializadas, desde que, a juízo do Ministério do Trabalho e Emprego, haja falta de trabalhadores nacionais (art. 357). Ainda, não se sujeitam à proporcionalidade as indústrias rurais que, em zona agrícola, destinem-se ao beneficiamento ou transformação de produtos da região, bem como as atividades industriais de natureza extrativa, salvo a mineração (art. 352, §2º). Acrescente-se que a violação à lei sobre a nacionalização é um ilícito penal, tipificado no artigo 204 do Código Penal.<sup>180</sup>

Para Gabriela Neves Delgado, todos esses artigos da CLT não foram recepcionados pela Constituição de 1988, tendo em vista o princípio da igualdade, assegurado tanto aos brasileiros quanto aos estrangeiros residentes no país (art. 5º, *caput*, CF/88, já analisado)<sup>181</sup> e, também, devido à diretriz anti-discriminatória geral do artigo 3º, IV, da Constituição Federal.<sup>182</sup>

<sup>180</sup>“Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho. Art. 204. Frustrar, mediante fraude ou violência, obrigação legal relativa à nacionalização do trabalho: Pena – detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.”

<sup>181</sup> Entendimento também de: CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. 35ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 281-282. DOLINGER, Jacob. **Direito internacional privado**: parte geral. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 230-232. MARTINS, Sérgio Pinto. **Comentários à CLT**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 295-297.

<sup>182</sup> DELGADO, Gabriela Neves. **A CLT aos 70 anos**: rumo a um direito do trabalho constitucionalizado. Palestra proferida na Solenidade Comemorativa dos 70 Anos da CLT, realizada pelo Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no dia 2 de maio de 2013, em Brasília. Disponível na internet: <<http://www.tst.jus.br/documents/4263354/ac6d6f4f-1438-452a-bc26-d7dc6d7d2a00>>. Acesso em 15/09/2014.

Entende a autora que as situações de diferenciação entre brasileiros e estrangeiros são excepcionais e devem ser tomadas de maneira estrita, conforme parâmetro constitucional. Esse parâmetro tende a proteger a pessoa humana, que deve ser priorizada em face de autoritarismos ou abordagens apoiadas na segurança nacional, no mesmo sentido do referendado pelos diplomas internacionais sobre a questão migratória (por exemplo, a Convenção da ONU sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de Suas Famílias e a Convenção n. 143 da OIT, analisadas no capítulo anterior).<sup>183</sup>

Já Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes entende que as restrições de acesso ao trabalho em relação aos estrangeiros são admissíveis, pois amparadas em razões político-econômicas. Diferentemente, quanto aos direitos de reunião, associação, manifestação, sindicalização e greve, a autora aduz que não há razões político-econômicas que justifiquem quaisquer restrições. Para ela, essas últimas manifestam o desejo de permanência no poder e eliminação de divergências políticas, o que fere o princípio democrático.<sup>184</sup>

Nessa linha de raciocínio, a proporcionalidade de dois terços seria perfeitamente razoável e constitucional, “um valioso instrumento para lutar contra uma forma específica de precarização das relações de trabalho: a substituição da mão-de-obra nacional pela estrangeira”.<sup>185</sup>

Em relação à regra salarial insculpida no artigo 358 da CLT, que estabelece que brasileiro não poderá receber salário inferior ao de estrangeiro em função análoga<sup>186</sup>, Cristiane Lopes concorda, mas acrescenta que, outrossim, o estrangeiro

<sup>183</sup> NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Apud* DELGADO, Gabriela Neves. **A CLT aos 70 anos:** rumo a um direito do trabalho constitucionalizado. Palestra proferida na Solenidade Comemorativa dos 70 Anos da CLT, realizada pelo Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no dia 2 de maio de 2013, em Brasília. Disponível na internet: <<http://www.tst.jus.br/documents/4263354/ac6d6f4f-1438-452a-bc26-d7dc6d7d2a00>>. Acesso em 15/09/2014.

<sup>184</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração:** o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 471-472.

<sup>185</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração:** o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p.594.

<sup>186</sup> “Art. 358. Nenhuma empresa, ainda que não sujeita à proporcionalidade, poderá pagar a brasileiro que exerça função análoga, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, à que é exercida por estrangeiro a seu serviço, salário inferior ao deste, excetuando-se os casos seguintes: a) quando, nos estabelecimentos que não tenham quadros de empregados organizados em carreira, o brasileiro contar menos de 2 (dois) anos de serviço, e o estrangeiro mais de 2 (dois) anos; b) quando, mediante aprovação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, houver quadro organizado em carreira em que seja garantido o acesso por antiguidade; c) quando o brasileiro for aprendiz, ajudante ou

também não pode ganhar menos que o brasileiro. Isso em razão do princípio do “trato não menos favorável” devido aos estrangeiros (já que o Brasil ratificou as Convenções n. 97, sobre trabalhadores migrantes, e n. 111, sobre discriminação no emprego, ambas da OIT). Considerando referido princípio, o art. 358, tanto *caput* como parágrafo único – que, em caso de falta ou cessação de serviço, prevê a dispensa de estrangeiro previamente à de brasileiro em função análoga –, estaria derogado.<sup>187</sup>

#### **5.4. Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração**

O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) é um órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, que exerce competência normativa complementar em matéria migratória, nos termos delineados pelo Decreto n. 840, de 22 de junho de 1993. Esse Decreto prevê, em seu artigo 4º, que o CNIg deliberará por meio de resoluções.

Dentro desse contexto, deve-se rememorar que a Constituição Federal de 1988 elegeu, dentre os princípios das relações internacionais, a *prevalência dos direitos humanos* (art. 4º, II, CF/88) e a *solidariedade humana em relação aos povos da América Latina* (art. 4º, parágrafo único, CF/88).

Em vista disso, o CNIg, ciente do agravamento das condições de vida dos haitianos após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, publicou, em 13 de janeiro de 2012, a Resolução Normativa n. 97. Essa resolução trata de forma inédita a política de imigração no Brasil, nunca antes oferecida a qualquer outro Estado estrangeiro.

O art. 1º da Resolução estabelece que, por razões humanitárias, todo haitiano poderá receber um visto com duração de 5 anos e uma cédula de residente.

---

servente, e não o for o estrangeiro; d) quando a remuneração resultar de maior produção, para os que trabalham a comissão ou por tarefa. Parágrafo único. Nos casos de falta ou cessação de serviço, a dispensa do empregado estrangeiro deve preceder à de brasileiro que exerça função análoga.”

<sup>187</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração: o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009. p. 594-595.

O parágrafo primeiro desse artigo explica o que se considera razões humanitárias, para os efeitos da Resolução, sendo “aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010”.<sup>188</sup>

O art. 2º estipula que o visto humanitário será outorgado pelo Ministério das Relações Exteriores ou pela Chancelaria do Brasil, por meio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, em um total de até 1.200 vistos por ano, com a média de cem vistos mensais.<sup>189</sup> Esse limite quantitativo foi revogado pela Resolução Normativa n. 102/2013, que estabeleceu, ainda, que os vistos não serão emitidos exclusivamente pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, prevendo a criação de novos postos em outros países, que serão credenciados pelo Itamaraty.

O art. 3º da RN 97/2012, ainda, determina que o cidadão haitiano que tenha sido beneficiado pelo visto humanitário, antes do vencimento do visto, comprove sua situação trabalhista para que possa permanecer no Brasil e renovar sua cédula de residência. Enquanto permaneçam no Brasil com o visto regularmente concedido pelas autoridades competentes, os haitianos gozam dos mesmos direitos civis relativos à saúde, educação e trabalho que os brasileiros.<sup>190</sup>

O problema é que, segundo o embaixador do Brasil no Haiti Igor Kipman, o haitiano postulante da obtenção do visto brasileiro deve possuir passaporte em dia, comprovante de residência, atestado de bons antecedentes e pagar o valor duzentos dólares. Ainda que o cidadão haitiano cumprisse todos os requisitos, deveria esperar cerca de um mês para a emissão dos documentos.<sup>191</sup>

Essas exigências, à evidência, inviabilizam que grande parte da população haitiana se enquadre no processo de migração regular para o Brasil. Por isso,

---

<sup>188</sup>BRASIL. Conselho Nacional de Imigração – Ministério do Trabalho e Emprego. **Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti.

<sup>189</sup> Ressalte-se que a concessão desse visto especial em nada prejudica o deferimento das outras modalidades de vistos aos haitianos, ou seja, todas as demais modalidades de ingresso no Brasil permanecem válidas também aos haitianos (como para todas as nacionalidades), não sendo computadas no número de vistos estipulados pela Resolução Normativa n. 97.

<sup>190</sup> CORDEIRO, Maria Leiliane Xavier. A concessão de visto humanitário pelo Brasil e a constitucionalidade da Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração. In: SANTOS, Jerônimo Jesus dos. (org. e coord.). **Temas aplicados de direito do trabalho & estudos de direito público**. São Paulo: LTr, 2012. p.350.

<sup>191</sup> FELLET *apud* MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**. vol. 4, nº 20. Out./Nov. 2013. p. 105.

muitos haitianos chegam irregularmente ao país e solicitam refúgio ao Comitê Nacional para Refugiados (Conare), órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça.

Conforme já mencionado no segundo capítulo deste trabalho, deve-se considerar a inadequação do conceito estático de refugiado, ligado à perseguição política. A própria legislação nacional já avançou nesse sentido com a Lei n. 9.474/97, que considera em situação de refúgio aquele que “devido à grave e generalizada violação dos direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade e buscar refúgio em outro país”. Nesse cenário, em vez de indeferir as solicitações de refúgio pelos haitianos, o Conare as encaminha para o CNlg que, via de regra, concede a autorização de permanência no Brasil, com base em razões e argumentos de caráter humanitário.<sup>192</sup>

A Resolução Normativa n. 97 do CNlg, não obstante ter sido albergada por ato de discricionariedade e soberania do Estado brasileiro<sup>193</sup>, ensejou a propositura de Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal do Estado do Acre em face da União, recebendo o número 723-55.2012.4.013000.

Tendo em vista que a Polícia Federal lançou mão dessa Resolução para supostamente impedir a entrada de haitianos pela fronteira com o Peru, nessa Ação Civil Pública requereu-se a concessão de antecipação dos efeitos da tutela para: a) reconhecer a condição jurídica de refugiados de todos os imigrantes haitianos que se encontram no Brasil ou que para cá se dirigem; b) cessar todo e qualquer impedimento para o ingresso no território nacional de imigrantes haitianos; c) cessar toda e qualquer ameaça de deportação dos haitianos que se encontram no Brasil em busca de refúgio; e d) prestar auxílio humanitário (água, alimentação, moradia provisória e serviços básicos de saúde) aos refugiados haitianos que se encontram

---

<sup>192</sup> Segundo manifestação do CNlg pelo MEMO/GM/CNlg/N.020/2012, memorando expedido como subsídio nos autos da Ação Civil Pública nº 723-55.2012.44.013000, proposta pelo MPF/AC em face da União, até 31/01/2012 o CNlg concedeu aproximadamente 1.330 vistos humanitários, correspondendo a todos os casos recebidos do CONARE. No mesmo documento há, ainda, a seguinte informação: “Ressalte-se que o Plenário do CNlg em reunião extraordinária realizada em 12 de janeiro passado decidiu conceder autorizações de permanência no Brasil a todos os cidadãos haitianos que o CONARE endereçar a esse Conselho por razões humanitárias (...)”.

<sup>193</sup> CORDEIRO, Maria Leiliane Xavier. A concessão de visto humanitário pelo Brasil e a constitucionalidade da Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração. In: SANTOS, Jerônimo Jesus dos. (org. e coord.). **Temas aplicados de direito do trabalho & estudos de direito público**. São Paulo: LTr, 2012. p. 347.

no Brasil, até que tenham vínculos empregatícios e possam manter-se por meios próprios.

Argumenta-se que os direitos humanos são universais, servindo inclusive como limite à soberania dos países, devendo-se entender a concessão do refúgio como garantia de exercício pleno dos direitos humanos. Invoca-se a dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, não havendo de se fazer distinções entre nacionais e não-nacionais para o gozo dos direitos garantidos pelo Estado, a quem quer que se encontre sob sua soberania, pois todos merecedores da proteção dos direitos humanos.

A tutela antecipada foi parcialmente concedida, mas tão logo foi suspensa pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).<sup>194</sup> Dentre os fundamentos da decisão turmária, destaca-se o seguinte trecho:

Em tais circunstâncias, não há a menor dúvida do potencial lesivo grave da decisão, em detrimento da ordem pública, cujo conceito abrange a ordem administrativa em geral, caracterizada na hipótese com a normal execução do serviço público ou devido exercício das funções da Administração pelas autoridades constituídas.

O mesmo se diga da aptidão para causar lesão à segurança, à saúde e à economia públicas. O ingresso dos migrantes haitianos do modo em que permitido na decisão atacada, de forma indiscriminada e sem controle, pode dar ensejo à entrada massiva de estrangeiros no Brasil, principalmente na área de fronteira, gerando um colapso na estrutura social dessas localidades, com sério comprometimento da adequada prestação dos serviços públicos, entre os quais o de saúde e segurança.

A sentença, de lavra do Magistrado Guilherme Michelazzo Bueno, afirmou que o fato de o Conare não rechaçar imigrantes haitianos até que outro órgão (o CNlg) decida pela permanência ou não do estrangeiro já demonstra a obediência do Estado brasileiro aos princípios da isonomia e da não-discriminação. Julgou-se improcedente a demanda, que se encontra atualmente no TRF1, para reexame necessário.

De todo modo, de acordo com informações do CNlg nos autos da ACP mencionada, verifica-se que antes da concessão final das residências humanitárias, os haitianos já podem trabalhar no Brasil, pois são expedidas CTPS (Carteira de

---

<sup>194</sup> Suspensão de Tutela Antecipada nº 9420-44.2012.4.01.0000/TRF1.

Trabalho e Previdência Social) em número superior à quantidade de autorizações de permanência.<sup>195</sup>

As condições a que os haitianos se submetem no ambiente laboral, contudo, são ruins, sendo vítimas de constante discriminação e humilhação, conforme se verá no capítulo seguinte.

---

<sup>195</sup> Memorando expedido como subsídio nos autos da Ação Civil Pública nº 723-55.2012.44.013000, proposta pelo MPF/AC em face da União.



## 6. TRABALHO DOS HAITIANOS NO BRASIL EM ÂMBITO CONCRETO

Finda a análise das respostas apresentadas pelo Direito internacional e nacional frente à problemática das migrações internacionais, cabe analisar se são elas efetivas no plano concreto.

Segundo os já mencionados dados do CNlg, até junho de 2014, foram concedidas 1.541 autorizações de residência em caráter humanitário a haitianos, o correspondente a mais da metade das autorizações deferidas a todas as nacionalidades solicitantes.<sup>196</sup> Interessante notar que a maior parte dos imigrantes haitianos são homens, de 21 a 30 anos de idade.<sup>197</sup> No momento da solicitação do visto, a declaração preponderante de homens haitianos quanto à ocupação por eles exercida no Brasil é ligada à construção civil, também pela dificuldade de reconhecimento de seus diplomas universitários.<sup>198</sup> Aliás, a construção civil é o principal empregador de haitianos no Paraná.<sup>199</sup>

Quanto às mulheres, representam apenas 17% dos imigrantes de nacionalidade haitiana. O relatório de pesquisa do CNlg constata que houve significativo aumento entre os anos de 2012 e 2013 em relação à concessão de vistos para reunificação familiar, com a predominância de mulheres. Ou seja, pode-se afirmar que a principal razão para a vinda de mulheres haitianas ao Brasil tem sido a reunificação familiar, e o número de vistos concedidos aos homens nessa categoria corresponde majoritariamente aos filhos que acompanham suas mães.<sup>200</sup>

<sup>196</sup> MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração**. Atualizado até 30/06/2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/cni/estatisticas-do-conselho-nacional-de-imigracao.htm>>. Acesso em 03/10/2014.

<sup>197</sup> ALMEIDA, Paulo Sergio. Migração haitiana ao Brasil. **Comissão de Direitos Humanos e Minorias(CDHM)**, Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/arquivos-de-audio-e-video/paulo-sergio-de-almeida>>. Acesso em 03/10/2014.

<sup>198</sup> CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. **Pesquisa do projeto “Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral”**. Belo Horizonte, fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/cni/>>. Acesso em 03/10/2014.

<sup>199</sup> CARDOSO, Camille Bropp; SENKOVSKI, Antônio. Haitianos reclamam direitos trabalhistas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, PR, 13 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1453742&tit=Haitianos-reclamam-direitos-trabalhistas>>. Acesso em 04/10/2014.

<sup>200</sup> CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. **Pesquisa do projeto “Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral”**. Belo Horizonte, fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/cni/>>. Acesso em 03/10/2014.

Muitas haitianas declararam ter sofrido violência por parte da polícia, roubo e exploração nos custos da viagem. Relataram, ainda, constrangimento nos alojamentos, onde sofriam constante violência sexual e discriminação.<sup>201</sup> No que diz respeito ao trabalho, pouca é a oferta para as mulheres. Os empregos oferecidos são predominantemente do setor de serviços domésticos e de cozinha. Nesses postos de trabalho, a interação entre empregado e empregador precisa ser mais intensa, porém é comumente dificultada em razão da falta de domínio da língua portuguesa por parte dos imigrantes.<sup>202</sup>

De maneira a exemplificar os dados apresentados e corroborá-los, oportuno se faz a análise de dois casos concretos, relatados ao Núcleo de Prática Jurídica trabalhista da Universidade Federal do Paraná (NPJ/UFPR). Justifica-se a pertinência dessa análise na medida em que se evidencia a insuficiência das garantias constitucionais, legais e normativas, analisadas nos capítulos precedentes.

O primeiro é o caso de D. J. Haitiano, veio ao Brasil em abril de 2011, com 28 anos. D. é um dos 2 mil haitianos que trabalham regularmente em Curitiba, segundo dados do Ministério da Justiça.<sup>203</sup> Morou primeiro em Manaus, depois seguiu para o Rio de Janeiro e, desde fevereiro de 2013, mora em Curitiba, cidade que também acolhe três primos seus.

Logo que chegou na capital paranaense, D. foi contratado por uma empresa da construção civil. A relação com seu superior hierárquico foi sempre conturbada, sobretudo pela dificuldade do haitiano com a língua portuguesa. O obreiro sofria discriminação em seu ambiente de trabalho, o que acarretou sua demissão após seis meses na empresa. Explica-se.

D. J. relatou que, oportunamente, requereu a seu supervisor os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) necessários para a devida execução das atividades laborais. Tais equipamentos, porém, foram negados pelo supervisor, que de pronto o ordenou trabalhar, chamando-o inclusive de preguiçoso. No mesmo

---

<sup>201</sup> CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. **Pesquisa do projeto “Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral”**. Belo Horizonte, fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/cni/>>. Acesso em 03/10/2014.

<sup>202</sup> CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. **Pesquisa do projeto “Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral”**. Belo Horizonte, fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/cni/>>. Acesso em 03/10/2014.

<sup>203</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Trabalhador estrangeiro recebe assistência jurídica da UFPR**. 31 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalfpr/noticias/trabalhador-estrangeiro-recebe-assistencia-juridica-da-ufpr/>>. Acesso em 03/10/2014.

dia, para sua surpresa, recebeu uma advertência, por justamente não utilizar os EPI's, por ele solicitados. Deve-se frisar que outros empregados também não fizeram uso correto dos equipamentos, mas a advertência alcançou apenas o imigrante haitiano, sob a alegação de servir de exemplo aos demais colegas. Em seguida, D. foi desligado da empresa. O termo de rescisão explicitava a razão do desligamento: uso incorreto dos EPI's.

Nesse caso, é flagrante a arbitrariedade no ato praticado pela empresa, que, ao imputar justa causa ao trabalhador, escamoteia o preconceito e a falta de sensibilidade com a situação vulnerável do imigrante. O NPJ/UFPR ajuizou reclamatória trabalhista, requerendo a reversão da modalidade da dispensa para “sem justa causa”, bem como as verbas rescisórias decorrentes. Pugnou-se, ainda, indenização por danos morais. A ação foi distribuída à 12ª Vara do Trabalho de Curitiba, sob o número 14275-2014-012-09-00-05, e ainda pende de julgamento.

O segundo caso a ser relatado diz respeito à imigrante haitiana, F. B. Contratada como auxiliar de cozinha por uma escola de Curitiba, também foi vítima de escancarada discriminação em seu ambiente de trabalho.

F. relatou que sempre recebia elogios de seus superiores, pois cumpria pontualmente sua jornada de trabalho, bem como exercia com maestria as atividades que lhe cabiam. Na cozinha em que prestava serviços, havia oito trabalhadoras, seis brasileiras e duas haitianas.

Após seis meses de contrato com a escola, F. foi coagida a assinar um documento: o termo de rescisão por justa causa. O mesmo ocorreu com sua outra colega de trabalho haitiana, no mesmo dia.

F. B., que não sabe ler em português, imaginou estar recebendo um aumento salarial, tendo em vista os elogios que com frequência a ela eram dispensados. Sua superiora hierárquica, naquela oportunidade, nada esclareceu quanto ao conteúdo do documento, apenas solicitando a assinatura.

Ao chegar em casa, F. perguntou a seu namorado, R., o que constava do referido papel. R. assustou-se com o que leu, questionando-a, em seguida, sobre eventual comportamento desrespeitoso no ambiente laboral.

Após o relato do ocorrido, decidiram ir até à escola pedir por esclarecimentos do diretor. Nessa ocasião, o dono da escola ofereceu-lhes um valor

fixo, de mil e cem reais, para quitar quaisquer obrigações trabalhistas. Não aceitaram a proposta e procuraram assistência do NPJ/UFPR. A reclamação trabalhista ainda não foi ajuizada.

Ambos os casos relatados evidenciam que, muito embora existam consideráveis previsões no campo do Direito, tanto internacional como nacional, os imigrantes haitianos ainda se sujeitam a tratamento anti-isonômico em relação aos nacionais, sendo vítimas de condutas discriminatórias em seus ambientes de trabalho no Brasil. Isso revela que não bastam garantias formais, ainda que bem intencionadas. A sociedade brasileira, sobretudo a categoria dos empregadores, ainda apresenta forte resistência a reconhecer os trabalhadores migrantes como quaisquer outros, igualmente detentores de direitos humanos e trabalhistas.

Os casos de D. J. e F. B. não são isolados. Há notícias, inclusive, de haitianos trabalhando em condições análogas à de escravo no Brasil.<sup>204</sup> Tanto a Pastoral do Migrante quanto a Justiça do Trabalho têm sentido a vulnerabilidade dos haitianos no que respeita aos contratos de trabalho. A Procuradora do Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR), Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes, enumera três razões pelas quais os migrantes haitianos são frágeis para negociar contratos trabalhistas. A primeira delas é a necessidade financeira para manutenção no Brasil, somada à dificuldade de comprovar qualificação. A segunda é o idioma, não dominado pelos haitianos. A terceira é que comumente os haitianos ficam ilegais no país, por não se apresentarem à Polícia Federal a cada seis meses.<sup>205</sup>

No Paraná, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (Sintracon) em Curitiba, 15 haitianos por semana, em média, recorrem ao Sindicato.<sup>206</sup> As reclamações mais frequentes são de baixos salários e a falta de pagamento das verbas rescisórias. No dia primeiro de agosto de 2014, sob coordenação do Procurador do Trabalho Alberto Emiliano de Oliveira Neto, foi

<sup>204</sup> WROBLESKI, Stefano. Fiscalização resgata haitianos escravizados em oficina de costura em São Paulo. **Repórter Brasil**, 22 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/08/fiscalizacao-resgata-haitianos-escravizados-em-oficina-de-costura-em-sao-paulo/>>. Acesso em 06/10/2014.

<sup>205</sup> CARDOSO, Camille Bropp; SENKOVSKI, Antônio. Haitianos reclamam direitos trabalhistas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, PR, 13 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1453742&tit=Haitianos-reclamam-direitos-trabalhistas>>. Acesso em 04/10/2014.

<sup>206</sup> EL PAÍS. **O ultimato no Brasil**. 15 fev. 2014. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/15/deportes/1392502786\\_012699.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/15/deportes/1392502786_012699.html)>. Acesso em 05/10/2014.

realizada audiência na sede do MPT-PR, com vistas a discutir estratégias de ação para o combate às irregularidades trabalhistas de haitianos na construção civil. O que se propõe é atuação conjunta entre o Sintracon e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná, para a uniformização da atuação voltada aos direitos dos imigrantes haitianos na Justiça do Trabalho.<sup>207</sup>

Nesse contexto, vale problematizar a judicialização de problemas sociais, sobretudo ao rememorar a Ação Civil Pública mencionada ao final do capítulo anterior. É certo que com a Constituição Federal de 1988, o Estado passou a ser devedor de direitos prestacionais, exigindo-se, em regra, políticas públicas para a realização plena dos direitos sociais constitucionalizados, dentre os quais figura o trabalho. O que se verifica, contudo, é a falta de efetividade dos direitos consagrados na Constituição Federal, incluído o direito dos trabalhadores estrangeiros a tratamento isonômico em relação aos nacionais, conforme previsão do art. 5º, *caput*, analisado no capítulo anterior.

Os trabalhadores vilipendiados em seus direitos, como é o caso dos migrantes haitianos no Brasil, socorrem-se à via judicial para garanti-los.<sup>208</sup> Isso aponta para um protagonismo do Poder Judiciário, o que não é desejável.

No que concerne ao tema tratado neste trabalho, a judicialização dos direitos sociais é um atestado da inoperância das políticas públicas. Deve-se reconhecer, por um lado, que a judicialização é mecanismo eficaz para a efetivação de direitos individuais ou coletivos, sobretudo ao se considerar que decorre do modelo constitucional que se adotou no país.<sup>209</sup> A judicialização não é um mal em si mesma. Entretanto, por outro lado, deve-se alertar que a concentração no Poder Judiciário

<sup>207</sup> DEFESA DE TRABALHADORES – Passos & Lunard. **MTP traça estratégia de proteção aos trabalhadores haitianos**. 06 ago. 2014. Disponível em: <[http://www.defesadetrabalhadores.com.br/index.php?option=com\\_content&view=category&id=33&layout=blog&Itemid=149](http://www.defesadetrabalhadores.com.br/index.php?option=com_content&view=category&id=33&layout=blog&Itemid=149)>. Acesso em 04/10/2014.

<sup>208</sup> Ressalva-se, porém, que a maior parte deles sequer tem instrução para buscar seus direitos, quedando em situação ainda pior. É o que se extrai da pesquisa do CNIg que vem embasando este trabalho. Conselho Nacional de Imigração – Ministério do Trabalho e Emprego. **Pesquisa do projeto “Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral”**. Fevereiro de 2014. p. 64. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/cni/>>. Acesso em 03/10/2014.

<sup>209</sup> BARROSO, Luis Roberto. **Judicialização, ativismo social e legitimidade democrática**. Disponível em: <[http://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso\\_para\\_Selecao.pdf](http://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso_para_Selecao.pdf)>. Acesso em: 04/10/2014.

pode acarretar desastroso ativismo judicial, para suprir eventuais omissões dos demais Poderes.

Insta ressaltar que o ativismo judicial não se liga à quantidade de casos judicializados, mas ao modo como – e a partir de quais premissas jurídicas – serão eles resolvidos.<sup>210</sup> A título meramente exemplificativo, cita-se o tema da judicialização da saúde, em ações que pretendem lograr a concessão de remédios por parte do Estado. Nesses casos, o que se coloca central é o princípio da isonomia. Seria ele respeitado ao se conceder medicamento a determinada pessoa que, exercendo seu direito de ação, buscou a tutela jurisdicional? É certo que, por mais que seja concedida a tutela, não se resolveria o problema da saúde pública no país, que continuaria precária para os demais cidadãos. O que, com isso, tenta-se demonstrar, retornando ao tema das migrações, é que solucionar um caso apresentado individualmente ao Judiciário não resolve o problema, muito maior, diga-se, que os trabalhadores haitianos enfrentam diariamente em todo o território brasileiro.

Dessa maneira, o que se mostra patente é a insuficiência não só do Judiciário, mas do próprio Direito para a solução da problemática das migrações no Brasil, sobretudo a haitiana, que tem maior representatividade em termos quantitativos atualmente. Mais do que isso, evidencia-se que ações pontuais, do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, por mais louváveis que sejam, como é o caso da edição da Resolução Normativa n. 97/2012, deixam muito a desejar. Faz-se necessária uma ação coordenada e interdisciplinar, que permita a real integração dos haitianos com a sociedade brasileira.

O recente relatório divulgado pelo CNJ, que aplicou questionários a haitianos em Porto Velho (RO), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Campinas (SP) e Brasília (DF), constatou que poucos haitianos conhecem seus direitos como imigrantes ou como acessar as políticas públicas oferecidas. Consta do relatório que “em algumas entrevistas foi possível encontrar pessoas que

---

<sup>210</sup> STRECK, Lenio Luiz. O ativismo judicial existe ou é imaginação de alguns? **Consultor Jurídico**. 13 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-jun-13/senso-incomum-ativismo-existe-ou-imaginacao-alguns>>. Acesso em 04/10/2014.

atenderiam a todos os requisitos para o acesso à assistência social, mas por desconhecimento dos trâmites não reivindicaram os seus direitos”.<sup>211</sup>

Isso demonstra que é imprescindível uma postura mais ativa do Poder Público, que deve buscar contato mais aproximado com os haitianos, visando a proporcionar o maior número de esclarecimentos possíveis. Por isso, a questão mais urgente é a do idioma: dos haitianos entrevistados pelo CNIg, 56,5% apontaram o idioma como a maior fonte de problemas.<sup>212</sup> Também no Paraná o idioma pode ser declarado como uma das maiores barreiras que se apresentam aos haitianos, acompanhada da falta de conhecimento da cultura e da legislação local. Muitos empregadores se aproveitam dessa situação para descumprir as obrigações trabalhistas.<sup>213</sup>

Nesse aspecto, merece menção o projeto de extensão desenvolvido pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir), intitulado “Migração internacional na Amazônia Brasileira: linguagem e inserção de haitianos em Porto Velho”. Por meio desse projeto, proporciona-se aos estrangeiros o ensino da língua portuguesa, noções de história e geografia do Brasil, bem como noções das leis trabalhistas nacionais.<sup>214</sup>

Há de se destacar, ademais, o trabalho realizado em todo o país pela Pastoral do Migrante, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sobretudo no que respeita à habitação. A Pastoral do Migrante de São Paulo, por exemplo, já recebeu 3.462 haitianos só no ano de 2014.<sup>215</sup>

<sup>211</sup> CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. **Pesquisa do projeto “Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral”**. Belo Horizonte, fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/cni/>>. Acesso em 03/10/2014.

<sup>212</sup> CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. **Pesquisa do projeto “Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral”**. Belo Horizonte, fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/cni/>>. Acesso em 03/10/2014.

<sup>213</sup> FLORIANI, Nádia. Reunião discute situação de trabalhadores haitianos na construção. 01 de agosto de 2014. **Paraná Online**. Entrevista concedida a Giselle Ulbrich. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/818000/?noticia=REUNIAO+DISCUTE+SITUACAO+DE+TRABALHADORES+HAITIANOS+NA+CONSTRUCAO>>. Acesso em 05/10/2014.

<sup>214</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (Unir). **Unir realiza programa de apoio ao estrangeiro**. 27 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.unir.br/index.php?pag=noticias&id=5471>>. Acesso em 05/10/2014.

<sup>215</sup> RIBEIRO, Bruno. Pastoral do Migrante de SP já recebeu 3.462 haitianos neste ano. **O Estado de S. Paulo**. 03 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,pastoral-do-imigrante-de-sp-ja-recebeu-3462-haitianos-neste-ano,1569948>>. Acesso em 05/10/2014.

Em âmbito paranaense, deve-se reconhecer o elogiável esforço desempenhado pela Casa Latino-americana (Casla) em Curitiba. Fundada em 1985, a Casla atualmente promove espaços de participação cidadã para discussão de problemas das sociedades latino-americanas, por meio de ações educacionais.<sup>216</sup> Ainda, realiza campanhas para doações de dinheiro e de alimentos a serem enviados para o Haiti.<sup>217</sup>

Destaque-se, além disso, a ação desenvolvida pela própria Universidade Federal do Paraná, que oferece curso de português por intermédio do Centro de Línguas (Celin) e que presta atendimento aos haitianos por meio do Projeto Hospitalidades e do Núcleo de Prática Jurídica.

Em conclusão, o que se buscou demonstrar neste capítulo é que não se pode colocar ênfase apenas em uma direção, como por exemplo na regularização do *status* migratório. É necessário desenvolver políticas realmente capazes de integrar os haitianos na sociedade brasileira. Certamente, ainda há muito o que ser debatido. O processo não será breve e precisará da colaboração da sociedade civil, do governo e de organismos internacionais, a exemplo da Organização Internacional de Migração (OIM).

---

<sup>216</sup> CASLA – Casa Latino-Americana. **Sobre a Casla.** Disponível em: <<http://www.casla.com.br/index.php/sobre>>. Acesso em 05/10/2014.

<sup>217</sup> CASLA – Casa Latino-Americana. **Auxílio ao Haiti.** Disponível em: <[http://www.casla.com.br/casla/campanhas/ajuda\\_haiti.htm](http://www.casla.com.br/casla/campanhas/ajuda_haiti.htm)>. Acesso em 05/10/2014.



## 7. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou tecer considerações acerca dos trabalhadores haitianos no Brasil, partindo-se do plano da teoria geral ao âmbito concreto. Viu-se que apesar de quaisquer pessoas poderem optar, livremente, por saírem de seus países de nascimento em direção a outro, a migração forçada pelos efeitos da globalização é a mais comum.

Não obstante a imprecisão semântica do termo, pode-se afirmar que a globalização tem origem a partir do declínio da soberania do Estado-nação, que passa a ser uma província da sociedade global. O papel desempenhado pelo Estado é reorganizado internamente, buscando conformidade com a criação de novas exigências a nível mundial.

O fenômeno da globalização guarda íntima relação com o sistema capitalista de produção, cada vez mais feroz em seu descompromisso com os direitos do trabalhador. Por essa razão, a globalização econômica tem como efeito principal o aumento da concentração de capital e da má distribuição de renda. Contraditoriamente, em uma economia global que se pretende integrada, verifica-se a manutenção de países da África, Ásia e América Latina – inclusive o Haiti – na exclusão e na pobreza.

Com o final da guerra fria, consagrou-se a vitória ideológica do mercado e da democracia liberal sobre os ideais igualitaristas, o que acarretou práticas neoliberais em escala mundial. Os direitos dos trabalhadores, bem como sua dignidade, foram flexibilizados em nome do livre jogo do mercado. Nesse passo, a solidariedade entre os trabalhadores foi tomada pela competitividade em termos de produção, prejudicando o reconhecimento dos trabalhadores como classe. É retirada a subjetividade do trabalhador, reduzindo-o a mercadoria. Caso não se adapte à lógica de mercado, será jogado às margens da sociedade de consumo, tornando-se parte do “excedente populacional”.

A intensificação das migrações internacionais é fruto dessa marginalização social, resultante da ferocidade do capitalismo, dito descomplexado. A busca por

trabalho digno, pois, é o que estimula as migrações internacionais, inclusive ao se considerar a nova divisão internacional do trabalho.

Nesse contexto, a diáspora haitiana também se relaciona com a estrutura do capitalismo globalizado. Lançando mão da teoria histórico-estruturalista das migrações, constatou-se que a história do Haiti, país mais pobre das Américas, é marcada por revoltas, disputas e instabilidade política. Assim sendo, o terremoto ocorrido em janeiro 2010 se coloca como elemento a somar no que respeita aos motivos para a emigração de seus habitantes.

Muito embora se possa criticar a presença de tropas militares brasileiras no Haiti, no comando da Minustah, o Brasil é um país atrativo aos haitianos, considerando-se as atuações em diversas frentes do governo no país caribenho, a influência do futebol e, também, das obras da usina de Belo Monte e da Copa do Mundo de 2014. Além disso, a edição da Resolução Normativa n. 97/2012 influenciou na escolha do Brasil como destino haitiano, o que se demonstrou numericamente ao longo deste trabalho.

Frente às transformações tecnológicas e econômicas mundiais, o Direito apresentou algumas respostas. No que tange ao âmbito internacional, apenas *atos* de imigrar são reconhecidos (liberdade de ir e vir e de circular), e o *direito humano* de imigrar não existe, embora haja o de emigrar. A tendência que se observa é a de liberdade de circulação dentro de blocos regionais, o que, contudo, não supera a inexistência do direito humano de imigrar, tampouco a necessidade de um direito internacional que regule as migrações. Isso porque se deve buscar a observância de determinadas necessidades e interesses, como os direitos humanos e a paz internacional, por exemplo. Órgãos internacionais foram criados com o intuito de fomentar as discussões envolvendo a matéria migratória, tais como a OIT, a ONU e a CIDH.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) apresentou um avanço no tema, pois consagra princípios fundamentais como o da não-discriminação, inclusive na seara trabalhista. Apesar de manter o paradoxo entre direito de emigração e de imigração, representa um marco na história dos direitos dos trabalhadores, na medida em que erige direitos humanos a serem garantidos a todos eles, por todos os países, sem quaisquer distinções.

Os direitos humanos não se esgotam, porém, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, figurando em outros diplomas, como por exemplo nas Convenções da OIT – órgão internacional que se propõe a estabelecer a justiça social por meio do trabalho. Em sua Constituição: i) dispõe que trabalho não é mercadoria; ii) assegura a manifestação do pensamento e a possibilidade de associação dos países; iii) considera a penúria como afronta à dignidade humana, sendo a generalização e efetivação do direito do trabalho um mecanismo a combater as desigualdades sociais; e iv) estabelece a estrutura tripartite da OIT, com representantes dos governos, empregadores e trabalhadores.

A Convenção n. 97 da OIT, ratificada pelo Brasil em 1965, reforça o princípio da não-discriminação entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, porém trata apenas dos migrantes regulares. A Convenção n. 143 da OIT, a seu turno, enfrenta a problemática das migrações irregulares, privilegiando sua regularização. Vai além: não sendo possível regularizar, há previsão assecuratória dos direitos decorrentes dos trabalhos prestados, como remuneração e seguridade social. Em sendo sonegados esses direitos, o migrante, ainda que irregular, tem garantido o pleno acesso à Justiça. Essa Convenção, portanto, vai à contramão da rotatividade da mão de obra irregular, mas o Brasil ainda não a ratificou.

Além disso, o Brasil é o único país do Mercosul que não ratificou a Convenção da ONU para proteção dos trabalhadores migratórios e seus familiares. Referida Convenção trata dos direitos dos trabalhadores migrantes de maneira mais atualizada que as Convenções da OIT, pois assegura a existência digna e ressalta a prevalência dos direitos humanos dos trabalhadores migrantes e de seus familiares, independentemente do *status* migratório, se regular ou irregular. Além disso, prevê um mecanismo de acompanhamento de seu próprio cumprimento, o que representa um potencial catalisador para adequação dos países às disposições nela estabelecidas, ultrapassando a mera declaração de direitos.

Em cenário nacional, a Constituição Federal de 1988 garante a igualdade entre brasileiros e estrangeiros residentes no país. A interpretação a ser dada à expressão “residentes no Brasil”, do *caput* do art. 5º, é aquela que transpassa sua literalidade, o que inclusive já é pacificado na jurisprudência pátria. Sendo assim, nacionais e estrangeiros, residentes ou não no Brasil, devem ser tratados de modo

isonômico, exceto hipóteses específicas em que haja relevante justificativa, sempre em conformidade com a Constituição Federal.

Todo o ordenamento jurídico infraconstitucional, pois, deve ser interpretado à luz da Constituição. Por isso, o Estatuto do Estrangeiro é muito criticado. Editado à época da ditadura militar, adota a soberania nacional em detrimento dos direitos humanos, voltando-se à defesa do trabalhador nacional e à atração tão somente de mão de obra qualificada. Somado a isso, institui procedimentos burocráticos e impede a regularização migratória e a transformação de vistos. Por ser defasado, discute-se no Congresso Nacional um anteprojeto de lei sobre estrangeiros. Dada a importância do tema, espera-se que haja o devido cuidado durante o procedimento de aprovação de uma nova legislação, para que se possa tratar a migração como tema de direitos humanos, visando à sua plena efetividade.

No que concerne à CLT: os artigos 352 a 358, que tratam da política de nacionalização do trabalho e da proporcionalidade entre os empregados brasileiros e estrangeiros, são considerados não recepcionados pela Constituição Federal para grande parte da doutrina, por contrariarem o princípio constitucional da igualdade e da não-discriminação. Todavia, há quem entenda justificáveis as restrições de acesso ao trabalho de estrangeiros, eis que amparadas em razões político-econômicas, inclusive para evitar a substituição da mão de obra nacional pela estrangeira.

Especificamente quanto aos haitianos, foi editada a Resolução Normativa n. 97/2012, em razão do agravamento das condições de vida no Haiti após o terremoto de 2010. Em linhas gerais, essa Resolução estabeleceu como medidas: regularizar os imigrantes do Haiti que já se encontram em território brasileiro e conceder, por meio da Embaixada em Porto Príncipe, 1.200 vistos anuais, com o limite de 100 vistos por mês, para haitianos dispostos a trabalhar no Brasil. Esse limite foi revogado, por meio da Resolução n. 102/2013 do CNIg, bem como foram criados novos postos fora de Porto Príncipe para a concessão dos vistos.

Com o visto regularmente concedido, os haitianos gozam dos mesmos direitos que os brasileiros no que respeita à saúde, educação e ao trabalho. Não obstante, a Resolução Normativa n. 97/2012 não fez cessar o fluxo de migrações

irregulares para o Brasil, o que se explica também pela demora na emissão dos documentos.

Conforme se viu, a maioria dos haitianos não seguem o procedimento regular, e ao chegarem no Brasil requisitam refúgio ao Conare, que encaminha as solicitações ao CNlg. Antes mesmo da concessão final de residência humanitária, os haitianos já podem trabalhar no Brasil, tendo em vista que são expedidas CTPS em quantidade superior às autorizações de permanência. No ambiente de trabalho, contudo, são vítimas de constante discriminação e humilhação, o que ficou demonstrado nos casos de D.J. e F.B. Além disso, há notícias de haitianos encontrados em situação análoga à de escravo, com seus direitos humanos e trabalhistas absurdamente desrespeitados.

A partir disso, pode-se deduzir que ainda que o Brasil fosse signatário da Convenção da ONU para proteção dos trabalhadores migratórios e seus familiares e da Convenção n. 143 da OIT – que privilegia a regularização do *status* migratório –, não há qualquer garantia de que seriam alteradas as condições de trabalho dos haitianos no país. Isso porque já existem normas disciplinadoras da matéria em âmbito nacional, a exemplo da Constituição da República, que não geram efeitos materiais positivos no plano concreto.

Dessa maneira, constata-se que a resposta imediata que o Brasil deu ao terremoto ocorrido em 2010 no Haiti foi marcada pela solidariedade, simbolicamente representada na edição da Resolução Normativa n. 97/2012. Entretanto, apenas conferir-lhes o *status* de regularidade não basta. Para alcançar a máxima efetividade dos direitos humanos desses trabalhadores, oportunizando sua real inserção na sociedade brasileira, necessário se faz o desenvolvimento de ações coordenadas e interdisciplinares, que não foquem apenas em uma direção.

O Poder Público deve assumir uma postura mais ativa nesse sentido, buscando alcançar o máximo de trabalhadores haitianos possível, oferecendo-lhes assistência concreta, a começar pelo idioma. Isso, por certo, ajudaria a reduzir os abusos dos empregadores, que se aproveitam da falta de conhecimento da língua portuguesa para descumprir obrigações trabalhistas, cometendo atos arbitrários e, muitas vezes, desumanos.

Em um mundo globalizado, em que prevalecem a crueldade econômico-financeira e os conflitos internos desagregadores, os fluxos migratórios forçados devem ser tratados como verdadeiro tema global que é – o que não exclui o imprescindível esforço local dos países receptores de trabalhadores estrangeiros. Essa atuação em ambas dimensões, internacional e nacional, deve, necessariamente, extrapolar a ciência jurídica, para se lograr uma sociedade realmente comprometida com a justiça social, com a igualdade material e com a dignidade dos trabalhadores migrantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Sergio. Migração haitiana ao Brasil. **Comissão de Direitos Humanos e Minorias(CDHM)**, Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/arquivos-de-audio-e-video/paulo-sergio-de-almeida>>. Acesso em 03/10/2014.

ANDRADE, Fernanda Rodrigues Guimarães. **Direitos humanos dos trabalhadores**: uma análise da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho. Belo Horizonte: RTM, 2012.

ANDRADE, William Cesar de; MILESI, Rosita. Migrações internacionais no Brasil: Realidade e desafios contemporâneos. p. 2-3. **Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)**. Disponível em: <<http://www.gritodelosexcluidos.org/media/uploads/migracionesintbr.pdf>>. Acesso em 11/07/2014.

ARAUJO, Orlando de. **O trabalhador global e a previdência**: reflexões sobre um direito humano em crise. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

BARROSO, Luis Roberto. **Judicialização, ativismo social e legitimidade democrática**. Disponível em: <[http://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso\\_para\\_Selecao.pdf](http://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso_para_Selecao.pdf)>. Acesso em: 04/10/2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** Equívocos do globalismo: respostas à globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 44.

BIGNAMI, Renato. Trabalho Escravo Contemporâneo: o Sweating System no Contexto Brasileiro como Expressão do Trabalho Forçado Urbano. In: NOCCHI, Andrea S. P. et alii (Coord.) **Trabalho Escravo Contemporâneo**: o Desafio de Superar a Negação. 2a Ed. São Paulo: LTr. 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração – Ministério do Trabalho e Emprego. **Resolução Normativa n. 80**, de 16 de outubro de 2008. Disciplina a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro com vínculo empregatício no Brasil.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Imigração – Ministério do Trabalho e Emprego. **Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 50.215, de 28 de janeiro de 1961. Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 30 jan. 1961, Seção 1, p. 838.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 58.819, de 14 de julho de 1966. Promulga a Convenção n. 97 sobre os Trabalhadores Migrantes. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. 19 jul. 1966. Seção 1, p. 8001.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 62.150, de 19 de janeiro de 1968. Promulga a Convenção n. 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e profissão. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 jan. 1968, Seção 1, p. 745.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 591, de 6 de julho de 1992. Promulga o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 07 jul. 1992, Seção 1, p. 8713.

\_\_\_\_\_. Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 21 ago. 1980, p. 16533.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 jul. 1997. Seção 1, p. 15822-15824.



\_\_\_\_\_. Termo de cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da Espanha para a implementação do projeto “Manejo e recuperação da cobertura vegetal da Bacia do Mapou, Haiti. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 fev. 2007. Seção 1, p. 68.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Trabalho decente**: análise jurídica da exploração, trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno. São Paulo: LTr, 2004.

CALDAS, Ricardo W. **O Brasil e o mito da globalização**. São Paulo: Celso Bastos Editor, 1999.

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. Tradução de Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CARDOSO, Camille Bropp; SENKOVSKI, Antônio. Haitianos reclamam direitos trabalhistas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, PR, 13 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1453742&tit=Haitianos-reclamam-direitos-trabalhistas>>. Acesso em 04/10/2014.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. Trabalho do estrangeiro no Brasil. **Boletim do CEDES (Centro de Estudos Direito e Sociedade)**. Rio de Janeiro, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.soc.puc-rio.br/cedes/PDF/cidadaniatrabalho/trabalho%20do%20estrangeiro%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em 08/09/2014.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. 35ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CASLA – Casa Latino-Americana. **Auxílio ao Haiti**. Disponível em: <[http://www.casla.com.br/casla/campanhas/ajuda\\_haiti.htm](http://www.casla.com.br/casla/campanhas/ajuda_haiti.htm)>. Acesso em 05/10/2014.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Casla**. Disponível em: <<http://www.casla.com.br/index.php/sobre>>. Acesso em 05/10/2014.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The world factbook**. Haiti. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html>>. Acesso em 17/08/2014.

CENTRO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO IMIGRANTE. **Minuta da primeira versão da proposta de Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil**. 28 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.cdhic.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Anteprojeto-Nova-Lei-de-Migra%C3%A7%C3%B5es.pdf>>. Acesso em 31/10/2014.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Apelo urgente – violações de Direitos Humanos em abrigo destinado a acolher haitianos na cidade de Brasília, norte do Brasil**. 19 ago. 2013. Disponível em: <[http://www.conectas.org/arquivos-site/Conectas\\_ApeloUrgenteONU\\_Brasileia\\_ago2013\\_port.pdf](http://www.conectas.org/arquivos-site/Conectas_ApeloUrgenteONU_Brasileia_ago2013_port.pdf)>. Acesso em 16/08/2014.

CONLUTAS. **História do Haiti**. Disponível em: <<http://www.ahistoria.com.br/do-haiti/>>. Acesso em 16/08/2014.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. **Pesquisa do projeto “Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral”**. Belo Horizonte, fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/cni/>>. Acesso em 03/10/2014.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES MIGRANTES E DOS MEMBROS DAS SUAS FAMÍLIAS. Adotada pela resolução 45/158 da **Assembleia Geral das Nações Unidas**, de 18 de dezembro de 1990.

CORDEIRO, Maria Leiliane Xavier. A concessão de visto humanitário pelo Brasil e a constitucionalidade da Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração. In: SANTOS, Jerônimo Jesus dos. (org. e coord.). **Temas aplicados de direito do trabalho & estudos de direito público**. São Paulo: LTr, 2012.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Globalização e direito do trabalho. **Direito e democracia: Revista do Centro de Ciências Jurídicas – ULBRA**. Vol. 1. Número 1. 1º semestre de 2000.

\_\_\_\_\_. O princípio da proteção revisitado. 1º volume. **Revista Bonijuris**. V. 13. Curitiba: Bonijuris, jul. 2001.

DECLARAÇÃO DE CARTAGENA. Conclusões e Recomendações. Adotada pelo **Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários**, realizado em Cartagena, Colômbia, entre 19 e 22 de novembro de 1984.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da **Assembleia Geral das Nações Unidas**, em 10 de dezembro de 1948.

DEFESA DE TRABALHADORES – Passos & Lunard. **MTP traça estratégia de proteção aos trabalhadores haitianos**. 06 ago. 2014. Disponível em: <[http://www.defesadetrabalhadores.com.br/index.php?option=com\\_content&view=category&id=33&layout=blog&Itemid=149](http://www.defesadetrabalhadores.com.br/index.php?option=com_content&view=category&id=33&layout=blog&Itemid=149)>. Acesso em 04/10/2014.

DELGADO, Gabriela Neves. **A CLT aos 70 anos**: rumo a um direito do trabalho constitucionalizado. Palestra proferida na Solenidade Comemorativa dos 70 Anos da CLT, realizada pelo Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no dia 2 de maio de 2013, em Brasília. Disponível na internet: <<http://www.tst.jus.br/documents/4263354/ac6d6f4f-1438-452a-bc26-d7dc6d7d2a00>>. Acesso em 15/09/2014.

\_\_\_\_\_. Direitos humanos dos trabalhadores: perspectiva de análise a partir dos princípios internacionais do direito do trabalho e do direito previdenciário. 70 anos da Justiça do Trabalho. **Revista do TST**, Brasília, vol. 77, nº 3, jul/set 2011.

\_\_\_\_\_. Princípios internacionais do Direito do Trabalho e do Direito Previdenciário. **Revista LTr**, São Paulo, ano 74, t.I, n. 03, mar. 2010.

DOLINGER, Jacob. **Direito internacional privado**: parte geral. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

EL PAÍS. **Do Haiti a Curitiba**: 8.000 quilômetros em busca de trabalho. 01 fev. 2014. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/01/politica/1391293275\\_172329.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/01/politica/1391293275_172329.html)>. Acesso em 05/10/2014.

\_\_\_\_\_. **O ultimato no Brasil.** 15 fev. 2014. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/15/deportes/1392502786\\_012699.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/15/deportes/1392502786_012699.html)>. Acesso em 05/10/2014.

FELLET, João. Procuradora cobra no Senado solução para haitianos presos na fronteira. **BBC Brasil.** 30 de março de 2012. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120329\\_haitanos\\_frenteira\\_acao\\_jf.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120329_haitanos_frenteira_acao_jf.shtml)>. Acesso em: 18/08/2014.

FLORIANI, Nádia. Acolhida de imigrantes é desafio para o Paraná. **Umuarama Online**, julho de 2014. Entrevista concedida a Fábio Galiotto. Disponível em: <<http://umuaramaonline.com.br/noticia/4560/acolhida-de-imigrantes-e-desafio-para-o-parana>>. Acesso em 14/09/2014.

\_\_\_\_\_. Reunião discute situação de trabalhadores haitianos na construção. 01 de agosto de 2014. **Paraná Online.** Entrevista concedida a Giselle Ulbrich. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/818000/?noticia=REUNIAO+DISCUTE+SITUACAO+DE+TRABALHADORES+HAITIANOS+NA+CONSTRUCAO>>. Acesso em 05/10/2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Vinda de haitianos é a maior onda imigratória ao país em cem anos.** São Paulo, 12 jan. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1033447-vinda-de-haitianos-e-maior-onda-imigratoria-ao-pais-em-cem-anos.shtml>>. Acesso em: 12/07/2014.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila. Globalização e Regionalização: impactos no Estado e no Direito. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.** Porto Alegre: Síntese, v.36, 2001.

GALEANO, Eduardo. **Os pecados do Haiti.** Disponível em: <[http://resistir.info/galeano/haiti\\_18jan10.html](http://resistir.info/galeano/haiti_18jan10.html)>. Acesso em 28/10/2014.

GIRALDI, Renata. Saldo do terremoto no Haiti é de 220 mil mortos e 1,5 milhão de desabrigados. **Agência Brasil.** Brasília, 12 jan. 2011. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-01-12/saldo-do-terremoto-no-haiti-e-de-220-mil-mortos-e-15-milhao-de-desabrigados>>. Acesso em 15/07/2014.

GONÇALVES, Ortelinda. **Migrações e Desenvolvimento.** Porto: Fronteira do Caos, 2009.

GRAU, Eros Roberto. **Elementos de Direito Econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

HEGEL, George W. Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Teorías de la globalización**. 7. ed. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2006.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2000.

KAWAGUTI, Luis. Atitude 'amigável' do governo atrai haitianos para o Brasil. **BBC Brasil**. 28 abr. 2014. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140428\\_brasil\\_atrai\\_haitianos\\_lk\\_an](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140428_brasil_atrai_haitianos_lk_an)>. Acesso em 04/10/2014.

LIMA, Abiliázado Castro de. **Globalização econômica, política e Direito: Análise das mazelas causadas no plano político-jurídico**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração: o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009.

\_\_\_\_\_. **Direitos dos trabalhadores migrantes**. No prelo.

MAESTRI, Mario. Entrevista concedida ao **Brasil de Fato**. Disponível em: <<http://www.controversia.com.br/blog/a-pobreza-extrema-do-haiti-uma-construcao-historica-bi-centenaria/>>. Acesso em 28/10/2014.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Comentários à CLT**. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Portal Consular. **Vistos para estrangeiros.** Disponível em: <http://www.portalconsular.mre.gov.br/estrangeiros/vistos-para-estrangeiros>. Acesso em 14/09/2014.

\_\_\_\_\_. **Visto temporário V – VITEM V.** Disponível em: <http://www.portalconsular.mre.gov.br/regioes/europa/portugal/faro/vistos/visto-temporario-v-vitem-v>. Acesso em 14/09/2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração.** Atualizado até 30/06/2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/cni/estatisticas-do-conselho-nacional-de-imigracao.htm>. Acesso em 03/10/2014.

\_\_\_\_\_. **Autorização de trabalho estrangeiro:** legislação base. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D398D4D8E01399C60034F42E5/Autoriza%C3%A7%C3%A3o%20de%20Trabalho%20estrangeiro%20%E2%80%93%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Base.pdf>. Acesso em 14/09/2014.

\_\_\_\_\_. **Publicada no Diário Oficial Resolução Normativa do Conselho Nacional de Imigração.** Disponível em: <http://mte.jusbrasil.com.br/noticias/144410/publicada-no-diario-oficial-resolucao-normativa-do-conselho-nacional-de-imigracao>. Acesso em 14/09/2014.

MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral.** vol. 4, nº 20. Out./Nov. 2013.

NORMLEX. International Labour Organization (ILO), 1996-2012. Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:1:0::NO::>. Acesso em: 07/09/2014.

OIM. **What we do:** Labour Migration. Disponível em: <http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/what-we-do/labour-migration.html>. Acesso em: 18/08/2014.

OIT. **Declaração da OIT Sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.** Genebra, 1998. Disponível em: [http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/oit/doc/declaracao\\_oit\\_547.pdf](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/oit/doc/declaracao_oit_547.pdf). Acesso em: 07/09/2014.

\_\_\_\_\_. En busca de un compromiso equitativo para los trabajadores migrantes em la economía globalizada. Informe VI, **Conferencia Internacional Del Trabajo**, 92ª reunión, Ginebra, 2004. P. Stalker, *Workers without frontiers: the impact of globalization on international migration* (OIT, Ginebra, 2000). Disponível em: <[www.ilo.org/public/english/bureau/inf/magazine/34/migrants.htm](http://www.ilo.org/public/english/bureau/inf/magazine/34/migrants.htm)>. Acesso em 07/08/2014.

OIT Brasil. **Constituição da OIT**. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent\\_work/doc/constituicao\\_oit\\_538.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf)>. Acesso em 07/09/2014.

\_\_\_\_\_. **Convenções ratificados pelo Brasil**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/convention>>. Acesso em 08/09/2014.

\_\_\_\_\_. **História**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/hist%C3%B3ria>>. Acesso em 07/09/2014.

OJEDA, Igor. A pobreza extrema do Haiti é uma construção histórica bi-centenária. **América Latina en Movimiento (ALAI)**. Disponível em: <<http://alainet.org/active/35662&lang=es>>. Acesso em 30/10/2014.

OMC. **Ministerial Conference**. Singapura, 1996. Disponível em: <[http://www.wto.org/english/thewto\\_e/minist\\_e/min96\\_e/singapore\\_declaration96\\_e.pdf](http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min96_e/singapore_declaration96_e.pdf)>. Acesso em: 07/09/2014.

ONU. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos – Acnud. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/english/>>. Acesso em 08/09/2014.

\_\_\_\_\_. Fundo de População das Nações Unidas. **Linking Population, Poverty and Development**. Disponível em: <<http://www.unfpa.org/pds/migration.html>>. Acesso em 18/08/2014.

OTAVIO, Chico. Traficantes de pessoas fomentam imigração ilegal no norte do Brasil: além de haitianos, grupos muçulmanos e afegãos já entraram no país pelo esquema dos ‘coiotes’. **O Globo**. 02 jan. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/traficantes-de-pessoas-fomentam-imigracao-ilegal-no-norte-do-brasil-3555220>>. Acesso em 21/07/2014.

PASSOS, André; PEREIRA, Fernanda Negrão; NICOLADELI, Sandro Lunard; FRIEDRICH, Tatyana Scheila; CECHINEL, Vinícius. **Manual de Direito Internacional do Trabalho**: Teoria geral e prática perante a OIT. Curitiba: Editora Ithália, 2012.

PEREIRA, Duarte. **Acerca do sub-imperialismo brasileiro** – Haiti: o que é imperialismo e o que é sub-imperialismo. 20 jan. 2010. Disponível em: <[http://resistir.info/a\\_central/haiti\\_20jan10.html](http://resistir.info/a_central/haiti_20jan10.html)>. Acesso em 03/10/2014.

PINTAL, Alexandre Rocha. **Direito imigratório**. Curitiba: Juruá, 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO – PNUD Brasil. **Relatórios de desenvolvimento humano globais**. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li\\_RDHGlobais](http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais)>. Acesso em 11/07/2014.

QUINTELA, Sandra. Lula no Haiti: subimperialismo brasileiro em ação. **Correio da Cidadania**. 30 mai. 2008. Disponível em: <[http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1875&Itemid=79](http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1875&Itemid=79)>. Acesso em 03/10/2014.

RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho**. História, mitos e perspectivas. São Paulo: LTr, 2012.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público**. Curso Elementar. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

RIBEIRO, Bruno. Pastoral do Migrante de SP já recebeu 3.462 haitianos neste ano. **O Estado de S. Paulo**. 03 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,pastoral-do-imigrante-de-sp-ja-recebeu-3462-haitianos-neste-ano,1569948>>. Acesso em 05/10/2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.



SERVICIO JESUITA A REFUGIADOS PARA LATINOAMÉRICA Y EL CARIBE (SJR LAC). **Los flujos haitianos hacia América Latina**: Situación actual y propuestas. 26. mai. 2011. Disponível em: <[http://www.entreculturas.org/files/documentos/estudios\\_e\\_informes/Flujos%20haitianos%20haciaAL.pdf](http://www.entreculturas.org/files/documentos/estudios_e_informes/Flujos%20haitianos%20haciaAL.pdf)>. Acesso em: 16/08/2014.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE CAMPINAS E REGIÃO (Sinpro). **Terremoto é desastre natural, mas a pobreza extrema, não**. 22 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.sinprocampinas.org.br/index.php/saude-do-professor/item/16784-terremoto-e-desastre-natural-mas-a-pobreza-extrema-nao>>. Acesso em 30/10/2014.

SOARES, Ana Loryn; SILVA, Elton Batista da. A revolução do Haiti – um estudo de caso (1791-1804). **Ameríndia**, ano 1, v. 1, 2006, p.4. Disponível em:<[http://www.amerindia.ufc.br/Anteriores/Vol01/vol01\\_08.pdf](http://www.amerindia.ufc.br/Anteriores/Vol01/vol01_08.pdf)>. Acesso em 27/10/2014.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Acompanhamento processual – **Recurso Extraordinário RE 587970**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2621386>>. Acesso em 13/09/2014.

STRECK, Lenio Luiz. O ativismo judicial existe ou é imaginação de alguns? **Consultor Jurídico**. 13 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-jun-13/senso-incomum-ativismo-existe-ou-imaginacao-alguns>>. Acesso em 04/10/2014.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Convenções da OIT**. 2ª ed. São Paulo: LTr, 1998.

\_\_\_\_\_. **Curso de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

THE ECONOMIST. **On the poverty line**. Maio de 2008. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/11409401>>. Acesso em 26/10/2014.

THOMAZ, Diana Zacca. Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa a implicações políticas. **Universidade de São Paulo**. Primeiros Estudos, São Paulo, n. 4. p. 131-143, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/primeirosestudios/article/view/56732>>. Acesso em 07/07/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (Unir). **Unir realiza programa de apoio ao estrangeiro.** 27 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.unir.br/index.php?pag=noticias&id=5471>>. Acesso em 05/10/2014.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Terremoto no Haiti (12/01/2010)** – informe sísmico. 13 jan. 2010. Disponível em: <[http://www.obsis.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=174:terremoto-no-haiti-12012010&catid=40&Itemid=88&lang=pt-br](http://www.obsis.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=174:terremoto-no-haiti-12012010&catid=40&Itemid=88&lang=pt-br)>. Acesso em 15/08/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Trabalhador estrangeiro recebe assistência jurídica da UFPR.** 31 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portafulpr/noticias/trabalhador-estrangeiro-recebe-assistencia-juridica-da-ufpr/>>. Acesso em 03/10/2014.

VASCONCELOS, Lia. Sociedade – as dimensões da pobreza. **IPEA**, 2007. Ano 4. Edição 30. Janeiro de 2007. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1132:reportagens-materias&Itemid=39](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1132:reportagens-materias&Itemid=39)>. Acesso em 26/10/2014.

WROBLESKI. Stefano. Fiscalização resgata haitianos escravizados em oficina de costura em São Paulo. **Repórter Brasil**, 22 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/08/fiscalizacao-resgata-haitianos-escravizados-em-oficina-de-costura-em-sao-paulo/>>. Acesso em 06/10/2014.